



Anais da Assembleia

N.º 31

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 2 DE MAIO DE 1984

ANO X

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 27.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 02 DE MAIO DE 1984.

QUARTA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Nestor Baptista, secretariada pelos Senhores Deputados Gernote Kirinus e Erondy Silvério.

À hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtom Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuquio Setogutte, Wilson Fortes e Antônio Belinati. (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja concedida preferência de votação para o Projeto de Resolução n.º 01/84.

Sala das Sessões, em 02 de maio de 1983.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja concedida preferência de votação para o Projeto de Lei n.º 78/84.

Sala das Sessões, em 02 de maio de 1983.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de votação para o Projeto de Resolução n.º 99/84, oriundo do Parecer à Proposição n.º 97/84, de autoria do Sr. Deputado Roberto Requião e outros.

Sala das Sessões, em 02 de maio de 1983.

(a) GILBERTO CARVALHO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa da publicação em Redação Final do Projeto de Lei n.º 78/84, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n.º 90/84).

Sala das Sessões, em 02 de maio de 1984.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, na forma regimental, dispensa da publicação da Redação Final para o Projeto de Resolução n.º 01/84.

Sala das Sessões, em 02 de maio de 1984.

(a) NELSON VASCONCELLOS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a suspensão da tramitação e o arquivamento definitivo do Projeto de Lei n.º 19/84.

Sala das Sessões, em 02 de maio de 1984.

(a) TADEU FRANÇA.

REQUERIMENTO

SÚMULA: Prorrogação das atividades desta Comissão Parlamentar de Inquérito, por mais cento e oitenta dias.

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na condição de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, que visa apurar possíveis irregularidades na Administração Pública do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o

Plenário, REQUER prorrogação das atividades desta Comissão Parlamentar de Inquérito, por mais cento e oitenta dias.

Sala das Sessões, em 02 de maio de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

Apoiamento: Antônio Annibelli, Acir Mezzadri, Paulo Firiatti, Caíto Quintana, Nestor Baptista, Gernote Kirinus, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Adhail Sprenger Passos e Nelson Vasconcellos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em Ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido em 28 de abril p.p. da Senhora Ondina Costa Teixeira, na cidade de Rio Branco do Sul.

A extinta, viúva do Sr. Antônio de B. Teixeira, deixa dois filhos e vários netos e bisnetos.

Seu passamento vem consternar aquela cidade, face à sua boníssima pessoa, sempre voltada para o atendimento dos menos favorecidos.

REQUER outrossim, que do pronunciamento desta Casa, dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 02 de maio de 1984.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de pesar pelo falecimento do jovem Anderson José Mendes, ocorrido nesta Capital.

O extinto era filho do Sr. José Mendes e da Senhora Maria Madalena Mendes, e seu prematuro passamento deixa consternação nos meios estudantis e sociais de nossa cidade.

REQUER, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 02 de maio de 1984.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER a consignação de um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora ODALIZA CORDEIRO KUBACK.

A extinta era professora aposentada do Município de Morretes, esposa do Sr. Au-

gusto Kubach, historiador e membro do Centro de Letras do Paraná e filha do Coronel Arcênio Gonçalves Cordeiro, ex-Deputado Estadual e ex-Prefeito de Morretes.

Solicita, outrossim, que ambos sejam cientificados do teor do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 02 de maio de 1984.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Líder do PDS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Basílio Zanusso, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER a inserção na Ata da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Abelardo Brüning, ocorrido no dia 18 do corrente mês, em virtude de trágico acidente automobilístico nas proximidades do Município de Barra Velha, Santa Catarina.

REQUER ainda, que da aprovação deste, dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 02 de maio de 1984.

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

JUSTIFICATIVA:

Catarinense de nascimento, Abelardo Brüning, ainda bem jovem, acompanhando seus tios Heriberto, Arlindo e Otília, instalou-se na nascente cidade de Capelinha (atualmente Nova Esperança).

Iniciou suas atividades comerciais num escritório de representações e passagens aéreas. Dinâmico, trabalhador e inteligente, além de obter progresso em suas atividades particulares, também destacou-se politicamente, elegendo-se Vereador pela extinta U.D.N.

Em 1.967, mudou-se para Curitiba, onde fundou a Transportadora Tapajós S/A e, num curto espaço de tempo, estendeu suas atividades por quase todo o Brasil.

Empolgado com o progresso de sua primeira empresa e totalmente voltado aos negócios dos transportes, Abelardo Brüning lançou-se, também como pioneiro, na organização de uma grande empresa a nível nacional, a Hipermodal - Transportes e Navegação S/A, com sede nesta Capital.

Com o seu precoce desaparecimento o Paraná perde um notável trabalhador, gerador de empregos e impostos e, entre os seus amigos, o sentimento de grande consternação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a inserção em Ata, de um voto de regozijo à comunidade do Município de Imbituva, pelo transcurso do 113.º aniversário deste proeminente município, que ocor-

rerá em 03 de maio de 1984.

REQUER, outrossim, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Nelson Theodoro Fenker, dando ciência da decisão do douto Plenário.

Sala das Sessões, em 02 de maio de 1984.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

O Município de Imbituva tem sua presença marcante no cenário estadual pelo progresso e desenvolvimento desencadeados nesses anos.

Em se tratando principalmente da região dos Campos Gerais, quer pela sua estratégica localização geográfica, quer pela sua expressão econômica, eis a razão do presente Requerimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de congratulações, pelo aniversário de Guaratuba, no dia 29 de abril do corrente, completando 213 anos.

Sala das Sessões, em 02 de maio de 1984.

(a) NESTOR BAPTISTA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos desta Casa um voto de congratulações à Sociedade União Juventus desta Capital, pela comemoração, amanhã, dia 3 de maio, de seu octagésimo-sexto aniversário.

A Sociedade União Juventus, uma das mais antigas e tradicionais do Estado, congrega em seu seio, figuras mais destacadas nos meios políticos e sociais curitibanos e é, sem qualquer dúvida, merecedora das mais entusiásticas congratulações e a passagem de seu aniversário, merece desta Casa a homenagem que ora lhe prestamos.

REQUER, outrossim, que do presente requerimento seja dada ciência à sua Diretoria.

Sala das Sessões, em 02 de maio de 1984.

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a aprovação de expediente que determine, ao início de cada sessão deste Legislativo, a leitura de nominata dos Senhores Deputados do Paraná, com assento na Câmara Federal, que

se abstiveram, dos que se ausentaram e dos que votaram contra a Emenda Constitucional que previa o restabelecimento de eleições "Diretas Já" para Presidente da República.

Sala das Sessões, em 02 de maio de 1984.

(a) GERNOTE KIRINUS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado apelo à Comissão Executiva deste Poder Legislativo, a fim de ser apresentado com máxima urgência, o Projeto de Resolução conforme prevê art. 25, da Lei n.º 7784, de 14/12/83, que visa a regulamentação para as promoções e ingressos nas classes iniciais no Quadro de Pessoal deste Poder.

Prevista a sua apresentação 30 dias após a publicação da Lei, até a presente data, tal não ocorreu, ocasionando apreensão e desestímulo à laboriosa classe funcional desta Casa.

Sala das Sessões, em 02 de maio de 1984.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Doutor ALCEU DA CONCEIÇÃO MACHADO, objetivando a realização de estudos no sentido da elevação da Comarca de Jandaia do Sul de entrância INICIAL para entrância INTERMEDIÁRIA.

Esta solicitação prende-se ao fato de que atualmente, há excessivo volume de matérias discutíveis, tanto na área criminal como na área cível, o que evidentemente vem causando protelamento nas decisões por parte do Judiciário.

Sala das Sessões, em 02 de maio de 1984.

(a) TADEU FRANÇA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, solicitando-lhe a instalação de um Posto de Saúde, no Jardim Independência, no Município de Sarandi.

Tal solicitação prende-se ao fato de que, o Município de Sarandi é um dos mais populosos da Região de Maringá, com grande número de população periférica e extremamente carente no tocante à Saúde Pública.

Outrossim, REQUER que a decisão desta Casa dê-se conhecimento aos Excelentíssi-

mos Senhores Prefeito Municipal, Vereadores e ao Presidente do PMDB, no Município de Sarandi.

Sala das Sessões, em 02 de maio de 1984.

(a) TADEU FRANÇA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Doutor ALCEU DA CONCEIÇÃO MACHADO, objetivando a realização de estudos no sentido da criação da Comarca de São Pedro do Ivaí.

Tal solicitação prende-se ao fato de que existe grande número de processos em andamento, há o interesse de todo o Vale do Ivaí, como também a cidade São Pedro do Ivaí, ser polo das seguintes cidades: Bom Sucesso, Kaloré e Marumbi.

Sala das Sessões, em 2 de maio de 1984.

(a) TADEU FRANÇA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, Doutor ALCEU DA CONCEIÇÃO MACHADO, objetivando a realização de estudos no sentido da criação de uma Vara Especializada de Execução Fiscal, bem como a instalação de mais uma Vara Criminal no Município de Maringá.

Tal solicitação prende-se ao fato de que existem atualmente cerca de 4.000 (quatro mil) processos pendentes de solução, cuja morosidade vêm causando sérios transtornos às pessoas interessadas.

Outrossim, Requer, que a decisão desta Casa se dê conhecimento aos Excelentíssimos Senhores Doutores João Batista Sanches e Nereu Vidal Cesar, respectivamente Vereadores e 2.º Secretário da Câmara Municipal de Maringá.

Sala das Sessões, em 2 de maio de 1984.

(a) TADEU FRANÇA.

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança, propondo-lhes que instituem a desapropriação compulsória dos veículos avariados, após 90 (noventa) dias de permanência nos pátios do DETRAN, ora transformados em caótico depositário

de sucatas, com a finalidade de se inaugurar a praxe de leilões beneficentes em favor das Casas de Proteção ao MENOR ABANDONADO.

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando-lhes que, após reconhecimento de ESTÁGIO DE ABANDONO dos veículos avariados e que estejam há mais de 90 (noventa) dias nos pátios do DETRAN, sejam objeto de edital de leilão que funcionaria como canal de recursos para as entidades filantrópicas de proteção ao menor. Desta forma, além de se inserir objetivação humanitária às ferragens que, via de regra, permanecem indefinidamente se diluindo à mercê do tempo, melhorariamos a paisagem dos pátios do DETRAN, hoje convertidos à condição de palcos inúteis de sucatas fossilizadas.

Sala das Sessões, em 2 de maio de 1984.

(a) TADEU FRANÇA.

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Diretor Estadual do DETRAN, solicitando-lhe esclarecimentos a respeito das Autarquias de Trânsito e o espaço profissional da classes dos DESPACHANTES, categoria esta que está vivendo a apreensão e a angústia da absorção de seus papéis profissionais por outros setores da máquina estatal, e num momento em que o desemprego e a carestia surgem como um binômio de pesadelo existencial.

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Diretor Estadual do DETRAN, solicitando-lhe que, em resposta a frequentes indagações da classe dos despachantes paranaenses, defina a esfera de atuação destes profissionais no futuro, mesmo porque o "medo de não ter o que fazer" gerado pela progressiva absorção de seus papéis pela máquina estatal, vem minando a tranquilidade de numerosa categoria profissional que está pressentindo a instituição das autarquias estaduais de trânsito, como sendo o golpe fatal de seu já diminuto raio de atuação em termos de perspectivas de trabalho.

Sala das Sessões, em 2 de maio de 1984.

(a) TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Diretor-Presidente da COPEL, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Interior, objetivando o desenvolvimento de estudos apropriados visando avaliar a possibilidade de se determinar o apoio técnico e financeiro para a reestruturação e ampliação da rede de distribuição de energia elétrica nos distritos bem como na própria sede da Municipalidade de Goioerê.

O Município de Goioerê constitui atualmente, com uma população que ultrapassa seguramente os quarenta e oito mil habitantes residentes também nos três Distritos sendo: Bandeirantes D'Oeste, Quarto Centenário e Rancho Alegre D'Oeste, que em sua maioria absoluta, têm suas atividades relacionadas diretas ou indiretamente com o campo agrícola, base do desenvolvimento sócio-econômico da região. Ao longo dos anos, aquela vasta região tem atingido grandes progressos no referido setor, (apesar da política agrícola desincentivadora adotada por parte do Governo Federal) refletindo sobremaneira em todos os aspectos, colocando Goioerê como a segunda cidade da região de Campo Mourão composta por vinte municípios.

No que se refere à iluminação pública e a própria estrutura de distribuição de energia elétrica, Goioerê passa por diversas dificuldades, cujos fatos têm servido de motivos para a geração de inúmeros protestos, onde se destacam especialmente a ausência de braços e luminárias e até mesmo postes, existindo ruas e avenidas que há mais de dois anos não contam com qualquer tipo de iluminação pública (constatados notadamente nos bairros periféricos).

Neste sentido, em razão dos motivos expostos, torna-se imprescindível o encaminhamento de medidas que venham, definitivamente, proporcionar a eliminação dos problemas sentidos por grande parte daquela cidade e distritos.

Sala das Sessões, em 02 de maio de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração, solicitando-lhes urgência e prioridade com referência à execução de calçamento nas margens de todos os estabelecimentos de

ensino da Rede Estadual de Educação, onde se fizerem necessárias, no município de Maringá.

A presente solicitação prende-se ao fato de que a conservação dos estabelecimentos estaduais de educação, encontram-se em precaríssimas condições, inclusive ocasionando transtornos não só para alunos e professores, como também para toda a população maringaense, sobretudo nos dias de chuvas, ocorrendo verdadeiros lamaçais.

Outrossim, Requer que a decisão desta Casa se dê conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Vereador Orides Angeli.

Sala das Sessões, em 2 de maio de 1984.

(a) TADEU FRANÇA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado à Excelentíssima Senhora Gilda Poli da Rocha Loures, Digníssima Secretária de Estado da Educação, e Excelentíssima Senhora Lilian Anna Wachowcz, Digníssima Diretora Superintendente da Fundepar, seja determinada a execução de calçamento ao redor das escolas estaduais, em Maringá.

Sala das Sessões, em 2 de maio de 1984.

(a) FERRARI JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

É necessário que se faça um levantamento das escolas estaduais em Maringá, para que, aquelas que ainda não contam com o devido calçamento, seja providenciado com urgência. Ocorre, que em alguns estabelecimentos de ensino a faixa de terra, destinada para calçada, está tomada por ervas daninhas, desnivelamento total e basicamente abandonado, não permitindo o tráfego de pessoas sobre a mesma, especialmente os estudantes, que se expõe ao risco de vida ao caminhar pela pista asfáltica.

Esta falha vem causando grandes transtornos, mormente em dias chuvosos, quando forma um verdadeiro lamaçal, além do péssimo aspecto que proporciona.

Assim sendo, atendendo além de diversos Vereadores da Câmara Municipal de Maringá, um anseio dos pais de alunos que estudam nestes estabelecimentos de ensino.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado, em apoio a reivindicação do Senhor Doutor Said Felício Ferreira, digníssimo Prefeito do Município de Maringá, ao Excelentíssimo Senhor Doutor José Ri-

cha, Digníssimo Governador do Estado do Paraná e ao Excelentíssimo Senhor Doutor Deni Lineu Schwartz, Digníssimo Secretário dos Transportes, solicitando-lhes a realização de maiores estudos no sentido de que seja construída uma ponte ligando o Estado do Paraná ao Estado do Mato Grosso do Sul.

Sala das Sessões, em 2 de maio de 1984.

(a) FERRARI JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

É fácil de se constatar na região de DOURADOS a colonização tipicamente sulista, então temos já o vínculo cultural, de formação com o Sul, faltando somente melhores condições para se estimular ainda mais o intercâmbio cultural e comercial. A não existência da ponte faz com que não seja maior o intercâmbio Paraná/Mato Grosso do Sul.

Os próprios ônibus, devido às condições da estrada em terra, e da balsa, para operarem via Cuiabá, são veículos curtos, altos, sem toilette. Via Prudente, pelo asfalto ou via Cuiabá com a ponte e asfalto, poderia operar com ônibus maiores, mais baixos, mais confortáveis e com toilette a bordo. Assim, teríamos uma redução na tarifa com uma sensível redução no tempo de percurso.

A travessia do rio Paraná, por balsa, acarreta, normalmente, uma perda de tempo de 1 hora, em comparação a uma possível travessia, via ponte. A balsa funciona das 6 horas às 24 horas. Com vento forte e neblina, a balsa não funciona por motivos de segurança e, assim os veículos ficam aguardando.

Neste caso, os passageiros devem descer do ônibus, antes do embarque na balsa, e só poderão embarcar, novamente, após a travessia da mesma. Em dias de frio, com crianças dormindo, os passageiros reclamam muito, acrescentando-se a isto a chuva e a lama, a exposição de seus filhos às intempéries climáticas.

Hoje a viagem por Cuiabá, é bastante prejudicada devido à falta de garantia de conclusão da mesma, no horário previsto, principalmente em dias de chuva, quando o veículo poderá ficar na estrada ou atrasar no percurso, e não chegar na balsa no horário de funcionamento.

O Estado do Paraná não conta com nenhuma ponte interligando os dois Estados. O Estado poderá ter a primeira ponte, sobre a barragem da usina de Ilha Grande, em Guaíra. Contudo, devido à conjuntura nacional, de excesso de energia hidroelétrica, e falta de recursos, é de se acreditar, que mesmo que se inicie a obra de Ilha Grande, o ritmo será lento, ocasionando o alagamento somente após uns 12 anos.

Por entender, que a construção da Pon-

te da Integração PARANÁ/MATO GROSSO DO SUL, seja de interesse destes dois Estados, assim como de todas as comunidades, é que dou meu total e irrestrito apoio à construção da mesma.

Hoje, paga-se pedágio nas balsas, poderia se pagar, se for o caso, pedágio também nesta ponte, o que a transformaria num investimento auto-financeável, como bem disse, o Prefeito de Maringá. É necessário que se mantenha contato com a Eletrobrás, no que tange ao aproveitamento hidrelétrico do Rio Paraná, e para saber o local ideal para a implantação dessa ponte.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de que, através de estudos devidos, avalie a possibilidade de se construir duas celas no Distrito de Bela Vista do Ivaí, pertencente à Municipalidade de Fênix.

De iniciativa do Excelentíssimo Senhor Cícero Vieira Feitosa, Prefeito Municipal de Fênix, este afirma, conforme correspondência recebida, que é imprescindível a construção das referidas celas, uma vez que as mesmas tem como meta contribuir na melhoria das condições de ação por parte daquela Delegacia de Polícia. Ademais, o Distrito de Bela Vista do Ivaí, está distante da sede cerca de treze quilômetros, cuja distância dificulta o transporte de pessoas autuadas do Distrito até Fênix.

Tal reivindicação visa assegurar maior tranquilidade a todos os moradores de Bela Vista do Ivaí, que são mais de mil e quinhentos.

Sala das Sessões, em 2 de maio de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial, dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, no sentido de que seja avaliada através de estudos, a possibilidade de se criar e instalar um Posto de Saúde, no Distrito Salles de Oliveira, pertencente à Municipalidade de Campina da Lagoa.

Aquele distrito atualmente necessita sem dúvida alguma, de uma estrutura em termos de saúde e assistência médica, compatível com a nova realidade sócio-econômica verificada, haja vista que não dispõe

os seus habitantes de nenhuma forma de atendimento naquele setor de caráter público.

Merecerá por certo, dessa Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, uma avaliação que permita dotar Salles de Oliveira de uma nova conjuntura no que diz respeito ao setor de saúde.

Sala das Sessões, em 2 de maio de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Coronel RAUL QUADROS, Comandante da Polícia Militar do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, solicitando uma viatura policial para o Município de Guaratuba.

Sala das Sessões, em 2 de maio de 1984

(a) NESTOR BAPTISTA

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação, Senhor Presidente, visa proporcionar um atendimento mais rápido e condigno à população, uma vez que os 14 policiais que vem prestando serviços naquele município não têm tido sequer, condições de atender com presteza e exatidão aos inúmeros chamados.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Diretor Presidente da SANEPAR-Saneamento do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Interior, objetivando o desenvolvimento de estudos devidos visando avaliar a possibilidade de se implantar um poço semi-artesiano do Distrito de Alto São João, pertencente à Municipalidade de Roncador.

De iniciativa do Excelentíssimo Senhor AUGUSTO BECHER, este afirma que é imprescindível a adoção de medidas concretas no sentido de garantir a melhoria das condições de distribuição de água para toda a coletividade do Distrito de Alto São João.

E para assegurar tal processo, só mesmo a implantação do poço semi-artesiano, o que permitirá sem dúvida alguma, a solução dos problemas ora vivenciados pelos moradores que integram aquele Distrito pertencentes à Municipalidade de Roncador.

Sala das Sessões, em 2 de maio de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente a Sua Excelência, o Senhor Secretário de Segurança Pública, encarecendo a necessidade de ser dotada a Delegacia de Polícia de Bom Sucesso, de uma viatura.

Tal solicitação se faz, atendendo apelos daquela comunidade, que através da totalidade de seus Vereadores, estão apelando às autoridades estaduais visando melhor atender a segurança e promover a tranquilidade do munícipes de Bom Sucesso.

Sala das Sessões, em 2 de maio de 1984.

(a) GILBERTO CARVALHO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Diretor Superintendente da EMOPAR-Empresa de Obras Públicas do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração, encarecendo a realização de levantamento técnico assim como o desenvolvimento de reformas gerais nas instalações do Grupo Escolar Afonso Botelho, localizado no Distrito de Farol, pertencente à Municipalidade de Campo Mourão.

São profundamente lamentáveis as condições em que se encontra aquele estabelecimento educacional, cujos aspectos indicam urgência quanto à realização de reformas gerais em suas instalações, tais como: parte elétrica (fios que apresentam possibilidade de curto-circuito; falta de lâmpadas), parte hidráulica (entupimentos e materiais imprestáveis), móveis estragados e insuficientes (carteiras, quadros-negros e armários e mesas), muro, paredes, telhado, etc.

Enfim, o estado precário do Grupo Escolar Afonso Botelho merecerá seguramente dessa Secretaria de Estado da Administração juntamente com a EMOPAR, o devido encaminhamento ao que ora é proposto, vindo de encontro aos interesses do conjunto de funcionários, pais, professores e estudantes, conforme as iniciativas do Excelentíssimo Senhor José Pochapski e do Excelentíssimo Senhor José Laurindo Kraus, respectivamente Prefeito Municipal e Vereador do Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 2 de maio de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos

Anais da Casa, do documento "Contribuições à Política Urbana", que contém as conclusões do Painel de Estudos, realizado por ocasião das comemorações dos 291 anos de fundação de Curitiba e por iniciativa do Diretório Regional do PDS.

Requer-se que do inteiro teor deste, se dê conhecimento aos Senhores Vereadores do PDS e à Câmara Municipal de Curitiba.

Sala das Sessões, em 2 de maio de 1984.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

JUSTIFICATIVA:

O documento encerra uma série de sugestões para a solução dos problemas urbanos com que se defronta a população de Curitiba, sendo oportuno que fiquem registradas nos Anais da Assembléia as conclusões e as sugestões nele constantes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Casa, do editorial do "Jornal do Estado", edição do dia 1.º de maio do corrente ano, sob o título "Ofensas contra o líder Ney Braga" e que se comunique a empresa jornalística.

Sala das Sessões, em 2 de maio de 1984.

(a) NELSON BUFFARA.

Projetos de Leis

PROJETO DE LEI N.º 98/84

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Ficam assegurados aos aposentados nos regimes das Leis n.º 7074/79 e 7122/79, que tiveram incluídas em seus proventos as vantagens da Lei n.º 6794, de 08 de junho de 1976, os direitos a este benefício, nos termos contantes dos respectivos atos de aposentadoria.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 2 de maio de 1984.

(a) ANIBAL KHURY.

Apoiamento: Tuguio Setogutte, Gilberto Carvalho, Antonio Belinati, Ivan Gubert e Antônio Annibelli.

JUSTIFICATIVA:

Procuradores e Engenheiros inativos do Estado pleiteiam seja votado um dispositivo de lei que defina com clareza os direitos que lhes foram atribuídos pela lei n.º 6.794/76 e incluídos em suas resoluções de aposentadoria.

Em virtude de errônea interpretação das leis que regem a espécie, tais direitos passaram a ser questionados posterior-

mente às respectivas aposentadorias.

Ao conceder aposentadoria aos integrantes das carreiras instituídas pelas Leis n.ºs 7074/79 e 7122/79, o Estado do Paraná, através do seu Órgão competente - Secretaria de Estado dos Recursos Humanos, inseriu nos atos de aposentadoria, os benefícios da Lei n.º 6794/76, (Gratificação por Serviço Extraordinário), tendo o Egrégio Tribunal de Contas do Estado, homologado as aposentadorias, determinando os respectivos registros.

Estes atos ocorreram no ano de 1979, tendo as decisões do Tribunal de Contas transitado em julgado.

Um ano após, através do parecer normativo 90/80 da Procuradoria Geral do Estado, foi derogado o direito da vantagem da gratificação por serviço extraordinário, passando a ser questionada em Juízo.

Na realidade, os beneficiados pela referida gratificação, vinham e continuam percebendo-a há mais de 4 anos, sendo parte integrante do seu patrimônio.

O Estado, através dos meios próprios, conseguiu, em parte, sucesso na demanda. Em consequência, pesa sobre os atingidos a iminência da supressão dessa parcela dos seus proventos, com graves prejuízos econômicos, até mesmo para a subsistência dos seus familiares, mormente neste momento de crise.

Convém ressaltar que, a permanência da percepção da contagem em apreço, não onera o erário do Estado, porquanto, já consta a mesma na verba orçamentária de pessoal, que vem sendo paga normalmente não havendo necessidade de previsão de recursos.

Toma-se a liberdade de apresentar minuta de anteprojeto de lei para regularizar celeuma existente e sanar uma injustiça para com os inativos das carreiras acima mencionadas, que durante anos prestaram serviços relevantes ao Estado, na expectativa de integrar aos seus proventos as gratificações a que fizeram jus.

O SR. PRESIDENTE - (Nestor Baptista) Está finda a leitura do expediente.

No pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Antônio Belinati, inscrito.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós recebemos hoje um apelo dos inativos do Paraná, um apelo para que o Governador José Richa apresse a reclassificação dos inativos.

Em 1981, o então Governador Ney Braga, promoveu a equiparação salarial dos inativos que se aposentassem dali para a frente. E houve uma injustiça, porque aqueles que se aposentaram antes de 1981 e que prestaram tantos e relevantes serviços aos

Órgãos públicos do Paraná, foram preteridos. E agora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é um absurdo que diante de um custo de vida tão alto, estes inativos estejam desesperados, na expectativa de que o Sr. Governador, José Richa, libere esta reclassificação, proceda a equiparação salarial, dos inativos aposentados anteriormente a 1981.

Em segundo lugar, hoje, novamente, a Assembléia Legislativa do Paraná, recebe no plenarinho, os funcionários celetistas, delegações de celetistas de quase todas as cidades do Paraná.

Neste exato momento, se realiza uma audiência do Governador José Richa, com uma comissão de representantes dos celetistas.

Como o Palácio Iguazu foi trancado, como eles foram barrados, houve a possibilidade de apenas uma representação dos celetistas ter acesso ao Gabinete do Governador José Richa.

E nós queremos hoje, estranhar novamente, que o PMDB que em outros tempos chegou inclusive a incentivar e apoiar greve de professores, porque era uma greve justa, em que os professores pleiteavam aumento salarial, hoje nós vemos o Paraná, com o Palácio ocupado pelo PMDB; estranhamente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, aquele mesmo Governo, que tantas greves incentivou, de apoio aos funcionários públicos, estaduais, hoje curiosamente, estranhamente, o Palácio Iguazu estava cercado por tropas da Polícia Militar, num reforço para impedir os celetistas de uma aproximação àquele Palácio que deve ser sempre a Casa do povo. E a gente vê que num Paraná com tanta onda de criminalidade, de violência, a impressão que se dava é que a Polícia Militar estava sendo acionada, como se os celetistas fossem marginais, bandidos, porque à frente deles, estavam soldados armados, com armas de fogo, com cacetetes, para impedir os celetistas de acesso ao Palácio Iguazu.

Lamentavelmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é a condição que se criou, de desrespeito àqueles que são colegas de trabalho, porque o celetista é um companheiro de trabalho do próprio policial que ali está, do próprio funcionário que está dentro, prestando serviço ao Palácio Iguazu. E nós queremos estão hoje, expressar novamente o nosso apoio aos celetistas e lamentar que o Governo participativo do PMDB tenha esse comportamento violento, eu diria até, em desrespeito à condição do direito humano daquele celetista do nosso Paraná. E o PMDB tem criticado tanto o general Newton Cruz pelas medidas violentas de Brasília, nós estranhamos que aqui o PMDB emite nas devidas proporções ou até com maior violência, a figura do General

Newton Cruz, que alguns preferem até achar que é o maior "cruz credo", que apareceu neste País. Sr. Presidente, Srs. Deputados, a nossa estranheza por este gesto do PMDB.

Obrigado, Sr. Presidente. (*Sem revisão do orador*).

O SR. PRESIDENTE (*Mestor Baptista*) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Erondy Silvério, inscrito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Sr. Presidente, nobres Deputados.

A Câmara Municipal de Curitiba, cuja corporação nós tivemos a honra e o orgulho de pertencer por tantos e tantos anos, aprecia hoje um requerimento dos mais esdrúxulos que eu vi na história parlamentar daquela Casa e mesmo desta Assembléia Legislativa: é o requerimento de autoria do Vereador Peemedebista, Jorge Bernardi, onde ele pede que aquela Câmara, pela maioria dos seus membros, declare "personas non gratas" em Curitiba, os Deputados Pedessistas que votaram contra a Emenda Dante de Oliveira.

Ora, Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados, criticar, usar do direito da crítica ao homem público, àquele que não corresponde às nossas expectativas é um direito assegurado pela Constituição brasileira, mas também é um direito assegurado pela mesma constituição ao livre pensamento, é um direito do cidadão, especialmente do Deputado Federal votar de acordo com a sua consciência, senão onde a liberdade de opinião?

Senão onde a liberdade de deliberação que deve ter um Parlamentar?

Um outro aspecto da questão; declarar "personas non gratas" em Curitiba, um Deputado como Ítalo Conti, a quem todos do Paraná conhecem o seu trabalho em favor do nosso Estado, e aqueles que labutam há mais tempo na política, sabem que este Deputado quando Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, proporcionou ao povo paranaense um dos períodos mais calmos de toda a sua existência.

Ao tempo de Ítalo Conti, na Secretaria de Segurança, não se verificavam vinte, trinta assaltos à mão armada, como acontece hoje, no Governo Participativo do PMDB.

Declarar "persona non grata" à cidade de Curitiba um Deputado como Fabiano Braga Côrtes, ex-companheiro, ex-colega nosso nesta Cassa, ex-Presidente deste Poder, com uma atuação imparcial, serena e equilibrada, que mereceu, inclusive, apoio unânime da bancada do PMDB nesta Casa a atuação do Deputado Fabiano Braga Côrtes, como Presidente deste Poder.

Como Chefe da Casa Civil do Governo deste estado, também não foram poucos...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - *(Pela ordem)*

Apenas para declarar que as declarações do Deputado Erondy Silvério são feitas em nome da Bancada do PDS na Assembléia Legislativa, por unanimidade.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Muito obrigado a Vossa Excelência.

Também não foram poucos os serviços prestados pelo Chefe da Casa Civil, no Estado do Paraná, Fabiano Braga Côrtes à nossa gente!

Agora, olhemos um pouco para trás e vejamos a carreira do Deputado Jorge Bernardi e perguntemos ao nosso povo, e perguntemos à opinião pública do nosso Estado e da nossa Capital, qual o serviço prestado por este...

O Sr. Tadeu Lúcio Machado - *(Pela ordem)*

Só para reparar no pronunciamento do nobre Deputado Erondy Silvério que o Sr. Jorge Bernardi não é Deputado e sim Vereador.

Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Agradeço a Vossa Excelência a atenção que Vossa Excelência dedica ao nosso discurso, realmente foi um lapso, Vereador ou Deputado é um homem público, foi conduzido a uma Casa Legislativa pelo voto do povo!

Pregou Democracia em praça pública!

Democracia Participativa, e não permite que os seus adversários políticos, expressem os seus sentimentos de liberdade...

O SR. PRESIDENTE *(Nestor Baptista)* - A Presidência informa que está encerrado o seu horário e lhe dá mais dois minutos para terminar, dadas as interrupções.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Obrigado Sr. Presidente.

É pena que não se disponha de tempo para nós traçarmos aqui o perfil de corpo inteiro desse Vereador; um Vereador que vai aviltar o nome, a história da Câmara Municipal de Curitiba ao apresentar uma proposição declarando "personas non gratas" legítimos representantes do povo do Paraná que não fizeram nada mais, nem nada menos, do que usar um direito que lhes é assegurado pela Constituição que é de externar o seu livre pensamento, a sua liberdade em votar como bem lhe aprouver. E eu quero, Sr. Presidente, mais uma vez, que os anais desta Casa registrem para que não haja erro de interpretações: eu sempre fui um homem favorável a votações diretas, em todos os níveis, mas respeito e respeito muito o posicionamento e o sentimento de outros Parlamentares que não pensam como eu, porque a essência do regime democrático é a convivência com pontos de vistas contrários.

Obrigado pela atenção de Vossa Excelência que me concedeu esses dois minutos. *(Sem revisão do orador)*

O SR. PRESIDENTE - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Gilberto Carvalho, inscrito.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, quero dizer que estamos solidários com o pronunciamento feito, neste instante, pelo Deputado Erondy Silvério, que faz justiça aos nossos companheiros de Bancada na Câmara Federal.

Mas o que me traz à tribuna, hoje, Sr. Presidente e Srs. Deputados, na semana passada eu fazia um pronunciamento, e dizia o líder do Governo que meu discurso tão embolado que não dava nem para responder, porque eu tratei de tudo, naquele pronunciamento que eu fiz; tão embolado, como é embolado o Governo. E hoje destacando um aparte, atendendo a um pedido do Município de Bom Sucesso, com referência à segurança, à intranquilidade em que vive a população naquela região, é que me manifesto desta tribuna.

Na semana atrasada, um crime que veio tirar a vida de um motorista de táxi no Município de Jardim Alegre, cujo crime ocorrido nas imediações do Município de Lunardelli e o criminoso foi preso no Município de Bom Sucesso, com bravura e dedicação da Polícia e do Delegado de Polícia do Município de Bom Sucesso, que sem nenhuma ajuda - não tem uma vitura sequer - conseguiu prender o criminoso na cidade de Bom Sucesso. Eu recebi, nesta semana, um ofício da Câmara Municipal: *(Lê)*

"Sr. Deputado Gilberto Resende Carvalho.

A Câmara Municipal de Bom Sucesso tem a grata satisfação de, mui respeitosamente, dirigir-se a Vossa Excelência para fins de solicitar a colaboração no sentido de envidar esforços junto aos demais Srs. Deputados Estaduais para que seja conseguida, junto à Secretaria de Segurança, uma viatura para a Delegacia de Polícia do nosso município.

Na expectativa de merecer a vossa especial atenção, renovamos os nossos protestos de elevada estima e consideração. Assinado: Maura Dias Gonçalves, Presidente; Vereadores Abrão Nicolau, Djalma Gonçalves, Gisto Bahia, Mitui Okano, Pedro Paulo Gasparelo, José Alves de Paula, José Batista de Carvalho, Nilson Pedro dos Santos". Assinado, portanto, pelos nove Vereadores da Câmara Municipal, que estão preocupados por falta de meios para que aquela Delegacia possa, pelo menos, dar um pouco de segurança à população do Município de Bom Sucesso. Por isso estou encaminhando, neste momento, um requerimento vazado nos seguintes termos: "O Deputado que o presente subscreve ... *(lê)* requerimento solicitando encaminhamento de expediente

ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a necessidade de dotar a Delegacia de Bom Sucesso de uma viatura)".

Era este o requerimento, Sr. Presidente, que estou encaminhando à Mesa para apreciação dos nobres Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Westor Baptista) - Encerrado o Pequeno Expediente, no Grande Expediente, concedo a palavra ao Deputado, Digníssimo Primeiro Secretário desta Casa, Sua Excelência Gernote Kirinus, inscrito.

O SR. GERNOTE KIRINUS - Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Antes de iniciar nosso pronunciamento que vai tratar exatamente do amargo dia de 25 de abril vivido pela Nação brasileira, gostaria de dizer que é um absurdo comparar a polícia do Estado do Paraná, com as tropas de Newton Cruz. Nada tem que ver uma coisa com a outra, uma vez que o abuso e o excesso cometido pelo general Newton Cruz, envergonhando não apenas a nós da Oposição, mas a muitos Deputados do PDS que assim se posicionarão contrários ao abuso de poder e da força.

Nós estamos diante de um governo sem povo, e um povo sem medo. Este é o maior prenúncio da queda de um governo, que sempre se impôs pelo medo. Quanto mais medo fazia ao povo, mais medo tinha e mais medo precisava ter.

Este povo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não teve medo do episódio da bomba do Rio-Centro, e respondeu com uma intensa campanha para eleger pelo voto direto seus governadores.

O meu povo, do Oeste do Paraná, não temeu as baionetas, das tropas de choques de Itaipu, quando lá esteve acampado no trevo da vergonha.

Este mesmo povo não se amedrontou dos ostensivos desfiles militares a se perfilarem diante do movimento dos suinocultores do Sudoeste e Oeste do Paraná.

Este povo foi curtido no terror do sistema implantado em 64. Amadureceu no medo imposto pela figura do simpático promotor da democracia, que logo foi rotulada de democracia do predo e arrebento.

Por isto, ao governo nada adiantou no dia 25 de abril ameaçar o povo com a decretação de medidas de emergência. As medidas de emergências arracaram dos porões sombrios da ditadura, os mais pereninos inimigos do povo e da Pátria. Ficaram assim expostos à luz do dia. Como não estavam acostumados ao brilho, à clareza, à luz da liberdade, nós os assistimos a correr pelas ruas de Brasília, raivosos, sobressaltando-se ao som de qualquer buzina, ou grito de ordem, investindo contra cidadãos comuns, estudantes, crianças, e

até mesmo, Parlamentares, extravassando assim, a sua sede por sangue e violência, na prepotência comum aos despostos que a História até hoje não pode absolver.

Se por um lado, lá nas ruas estavam fardados, envergonhando a farda do glorioso Exército Brasileiro, os mais violentos e inescrupulosos, por outro lado vimos também, os que se esgueiravam pelos corredores do Congresso Nacional feito "baratas tontas" em busca de uma boa desculpa, para dizer "não", ou para dizer coisa alguma, e ou para fugir do compromisso mais sagrado do Parlamentar, que é estar presente na hora da decisão. Aqueles que de forma mais vergonhosa de enganar os seus eleitores ao prometer-lhes fidelidade. Mas felizmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, percebemos também com tanta clareza de que os inimigos da prepotência foram às ruas, numa verdadeira demonstração de civismo e de coragem.

A Emenda Dante de Oliveira, grande esperança para nosso povo para arrancar o País das mãos daqueles que oprimem, foi pisoteada pela botina dos traidores. Mas a esperança não morreu; e tão pouco houve derrota. Os que querem diretas já, não morreram, porque idéias não morrem, estão vivos agora mais do que nunca, pois são conhecedores dos traidores da vontade popular.

Só tememos aquilo que não conhecemos, o que vemos não há porque temer. Conhecemos também as suas sinas, sabemos da sua prepotência, a qual foi derrotada pela resistência cívica, pela resistência pacífica, ordeira e patriótica através da maior demonstração de civismo que o Brasil já conheceu.

A Cruz do Cristo após a ressurreição é o símbolo da vitória; e o povo haverá de ressurgir em novas manifestações pacíficas, apesar da incredulidade do Governo e também dos pseudo-líderes que querem agora negociar sem a participação popular. Se para o Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, Brigadeiro Waldir Vasconcellos, ao referir-se ao comício pelas diretas disse: "em políticas o maior erro que pode haver é uma ameaça da qual os outros não têm medo". E nós estamos hoje exatamente nessa situação, ninguém tem medo dessas ameaças. agora é hora de perguntarmos quem na verdade ameaçou, proibiu a participação popular? Quem impôs censura à imprensa? Quem prendeu jornalistas? Quem cercou Brasília de armas em punho? Quem prendeu e agrediu Parlamentares dentro e fora do Congresso? Quem está a ameaçar o povo com decretação de Estado de Emergência. Tem razão, portanto, o ilustre General, que em política o maior erro que pode haver é uma ameaça da qual os outros não têm medo. Só fazemos uma pequena ressalva: os outros

agora são o povo que está sem medo.

Lamentamos profundamente a insensibilidade do Srs. Parlamentares, que mesmo diante das manifestações populares, tidas como maiores de toda a história do Brasil, se mantiveram, no entanto, surdos ao clamor de um povo que buscou reaver a sua cidadania pacífica e ordeiramente.

Os Srs. Parlamentares que não votaram, os que se abstiveram, os que votaram contra, não votaram contra a Emenda Dante de Oliveira, votaram isso sim, contra o sonho de cento e trinta milhões de brasileiros.

Mais insensíveis ainda, são aqueles que ficaram em cima do muro. Como bem diz o Apocalipse no capítulo quatro: "Conheço bem as tuas obras, porque não és frio, nem quente, porque és morno, estou a ponto de vomitar-te de minha boca". Segundo esse presságio deverão, pois, ser vomitados nas urnas de 1986, aos que não compareceram. Também encontramos em Mateus, capítulo cinco, a abominação diante da recomendação do versículo trinta e sete, quando diz: "Seja porém a tua palavra, sim sim ou não não. O que disse passar, vem do maligno". É inconcebível, portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para quem se elegeu pelo voto direto, votar contra a vontade do popular, com a desculpa esfarrapada de que o povo é que não sabe votar.

Ainda que, pasmem, Srs. Deputados, exista um pouco de verdade nisso, pois os que votaram neles ou se equivocaram, ou, de fato, não sabiam votar.

Tem um aparte o nobre Deputado Furiatti.

O Sr. Paulo Furiatti - Nobre Deputado Gernote Kirinus. Vossa esplanção, hoje, nesta Casa, retrata o que aconteceu no dia 25 de abril de 1984, neste País, porque, 25 de abril foi, sem sombra de dúvidas, o dia da traição; traição daqueles que lá estavam pelo voto direto e secreto do povo, mas que uns disseram não à devolução ao povo do direito de eleger o Presidente da República, já, outros, covardemente, sequer tiveram a coragem de comparecer lá e dizer não; e outros, ainda, mais covardemente disseram não com explicativas que, absolutamente, convencem a população brasileira.

O que nós vimos em Brasília foi o aparato do regime militar para impedir que o povo livremente pudesse pressionar os Deputados e exigir a volta das eleições diretas já.

Se existe uma pressão legítima, é a pressão popular, é o apelo do eleitor, é a vontade do povo.

Mas, o aparato militar montado pela cruz que o Brasil carrega, que é o General Newton Cruz, ficou demonstrada a pressão militar sobre o Congresso Militar.

Na verdade, Sr. Deputado, Vossa Exce-

lência retrata o dia da traição e da vergonha deste País, quando 298 brasileiros votaram aquilo que o povo esperava que votassem; 113 não compareceram, 3 se abstiveram e 65 apenas disseram não.

Na verdade, Senhor Deputado, o regime, se pudesse, mandaria prender todo o povo brasileiro, porque o povo brasileiro incomoda aqueles que efetivamente sabem que estão lá não pela vontade do povo. Só não mandaram prender o povo, porque o número de soldados e de armas é pequeno para prender 130 milhões de brasileiros, se bem que hoje estamos enclausurados todos os brasileiros, sob o modelo econômico entreguita ao FMI, e sobre o modelo político, que volta a cheirar a ditadura quando se implanta a repressão, quando se implanta a censura.

Faço aqui esse depoimento e esse aparte ao vosso discurso, para deixar nesta Casa, registrado nos anais, aqueles traidores da Pátria, que no dia 25 de abril lá foram e disseram não, e outros simplesmente tiveram a vontade de sair de casa e assumir a sua palavra.

Portanto nobre Deputado, fica registrado neste aparte, a vergonha nacional do dia 25 quando, faltando apenas 22 votos, foi negado ao povo brasileiro, o direito de eleger o Presidente da República, já.

O SR. GERNOTE KIRINUS - Agradeço o aparte do nobre Deputado Furiatti que vem engrandecer o nosso pronunciamento e respondendo dizendo que esses ainda não se aperceberam de que pode o Governo ainda não ter mudado, mas o povo mudou e já iniciou a grande mudança e assim voltará às ruas e haverá de mudar o Governo, já que de nada valeu pedir ao Governo para que se mudasse.

Haveremos de pedir ao povo para que mude o Governo. É bom lembrar aos esquecidos defensores do Governo do sistema e do regime, que o povo, aquela imensa multidão de brasileiros que saiu às ruas em todos os Estados, ordenadamente, numa demonstração de maturidade política, já havia ouvido, antes das medidas de emergência serem decretadas, do próprio General Figueiredo, de que este não admite mudanças nas regras do jogo político.

É o povo quem lembra 1982, quando no desenrolar da marcha para a vitória das oposições, principalmente nos grandes Estados, o mesmo General Presidente autorizou a elaboração de Emenda Constitucional que acabou com a proporcionalidade do Colégio Eleitoral. O jogo estava iniciado quando o árbitro mudou as regras. A Emenda trocou o sistema da representação nos Estados, em proporção à sua população, pelo sistema igualitário. De tal forma, chegamos à excrescência de que o Acre, com 25 mil habitantes, ficou com o mesmo peso do

Colégio Eleitoral de São Paulo, com seus 25 milhões de habitantes.

Foi o próprio Governo quem criou a escrescência do cargo de Senador Biônico, dos quais nós herdamos, infelizmente, alguns. Desde então, as artimanhas, começavam a ser criadas nos laboratórios anti-povo, do Governo que se diz democrático, mas cuja máscara, por ser de papel, se dissolveu com a enxurrada de votos em 1982.

Puseram outra máscara, mas essa por sua vez, de gesso, e se quebrou ao bater com a cara na multidão, concentrada, exigindo pró-diretas. O Governo não falara a linguagem do povo, porque este é um Governo sem povo. Como haveria de falar a linguagem do povo? Um Governo que se auto-isolou do resto da Nação brasileira, ao fechar as portas de Brasília, dos corredores de Palácios, querendo amordaçar o Congresso Nacional e a própria imprensa e ali está, agonizando o seu ocaso, e assim, distante da linguagem do povo, não pode ser ouvida.

Esta foi barrada estrategicamente no Planalto, num desafio à vontade popular via Congresso Nacional. A determinação, a obstinação do Governo em apontar o sucessor do General Presidente via Colégio Eleitoral, foi derrotada no último dia 25 de abril, quando 55 parlamentares do PDS que deveriam, isso sim, esses ser o orgulho da Bancada do PDS, não os que votaram contra. Quando 55 parlamentares do PDS votaram pelas Diretas Já, somando-se aos 252 votos das Oposições.

A ilegitimidade do Colégio Eleitoral, a ilegitimidade da unidade partidária governista diante do impasse criado pelo próprio PDS, está causando preocupações aos fortes e sorridentes Deputados, já não tão sorridentes como na madrugada do dia 26 de abril. Isso porque o sucessor do General Presidente não será indicado com tanta tranqüilidade como o esperavam antes, menos ainda o candidato que vier a ser apontado como o preferido do General cavaleiro.

Agora, o Governo quer negociar. Isso porque além de não ter apoio do povo, se quer ter integral apoio em seu próprio quadro na Câmara dos Deputados, ele quer negociar. E o Ministro Leitão de Abreu, afirma, que a "negociação é uma possibilidade que existe e que é uma necessidade". Disse ainda, o Ministro: "A negociação é uma vocação que se instalou no coração dos brasileiros". Uma vocação de encontrar fórmulas negociadas, fórmulas que recorreu do entendimento para resolver os graves e difíceis problemas que o país está vivendo.

Na verdade, nós acreditamos que o único problema, a única vocação não se con-

quista, a vocação não se negocia, a vocação é uma realidade do coração de todos os brasileiros e a vocação do povo brasileiro é para a liberdade. Engana-se portanto o Ministro. Pois vocação não se conquista com os corações dilacerados com baionetas. O coração do povo brasileiro ainda está ferido, mas a sua vocação não é a de ser escravo. A liberdade não se negocia, liberdade isso sim, se conquista.

Agora eles estão pregando a necessidade de entendimento para resolver os graves e difíceis problemas que a Nação está vivendo. Mas na verdade, Sr. Presidente e Srs. Deputados, estão pensando nos problemas que eles terão, quando essa Pátria livre, soberana, os colocar no banco dos réus para responder pelos abusos do poder, para responder pela corrupção e reafirmo o que diz o Senador Álvaro Dias quando se referiu à medida de emergência: "Se neste País fosse instalado um pedido de emergência para combater e avaliar a corrupção, e se o General Newton Cruz fosse convocado para comandar estas mesmas medidas de emergência, seguramente teria que executar em primeiro lugar o seu próprio irmão, Sr. Haroldo Cruz pelo desfalque que tem dado ao BADEP e a diversas empresas aqui no Paraná".

Entretanto, eles querem negociar Sr. Presidente. Negociar o quê? As suas impunidades pela liberdade de um povo, as falcatruas para a soberania da Nação? Aonde entrará nesse tipo de negociação, o povo que saiu às ruas pedindo "Diretas Já"?

O Sr. Antônio Annibelli - Vossa Excelência me concede um aparte? (**Assentimento**)

Deputado Gernote Kirinus, estamos ouvindo vosso pronunciamento com muita atenção e pronunciamento que honra a nossa Bancada e, partindo de Vossa Excelência, nós estamos prestando atenção, Vossa Excelência que lá esteve assistindo à votação. E que a Nação inteira viu a vergonha nacional em que os Deputados do PDS, na sua maioria, deixaram de comparecer e votar uma causa em que toda a Nação brasileira estava envolvida e tinha em si a esperança de dias melhores.

Hoje, Sr. Deputado, ao assistirmos à televisão na hora do almoço, víamos anunciada a suspensão das medidas de emergência que o Governo ditatorialmente implantou neste País, para impedir que os Senhores deputados votassem com sua consciência ou com seu espírito democrático.

Hoje o Governo, após a passagem do dia 1.º de maio, o dia em que os trabalhadores comemoram o seu dia, o Governo acaba com as medidas de emergência. Então, o Governo estava com medo do povo, e sempre teve medo de povo e nunca contou com o apoio do povo.

O Governo decretou as medidas de emer-

gência para que saísse da vergonha nacional. Mas após passar o dia 1.º de maio, com medo de que os trabalhadores brasileiros, que sempre comemoraram o seu Dia do Trabalho, saíssem às ruas para que eles pudessem surrar os trabalhadores brasileiros; de novo, pisotear esse trabalhador que não consegue levar à sua mesa um sustento digno para a sua família.

Então Sr. Deputado, o Governo sabendo do seu erro, com medo do povo, hoje após a passagem da votação da Dante de Oliveira e a passagem do Dia dos Trabalhadores Brasileiros, ele acaba com a medida de emergência para tentar negociar a abertura democrática neste País.

Meus parabéns ao seu discurso, Deputado.

O SR. GERNOTE KIRINUS - Eu agradeço o aparte, e respondo dizendo que de fato nobre Deputado, eles têm medo, muito medo, tanto medo Deputado, de que quando saíamos na madrugada do dia 26 de abril, do Congresso, e a massa popular que aí estava nada mais queria do que ir chorar em casa a sua derrota, chorar em casa a amargura da reprovação do NÃO que foi dado pelo Congresso, o General Newton Cruz cercou a todos e esperava por uma provocação para poder bater. São vocacionados nobre Deputado. Passaram a vida toda treinando para uma guerra que não existe; uma guerra inclusive impossível.

Desde quando o Brasil poderia enfrentar uma das potências mundiais?

Então resolveram fazer a guerra cá dentro, contra o povo. São verdadeiros psicopatas. Quando chegar realmente a liberdade, estes deverão ser afastados, inclusive da direção das Forças Armadas porque são perigosos, são raivosos, fora bater em cidadãos, invadir escolas, mandar 19 crianças da Escola Secundária para o hospital com bomba de gás lacrimogênio!

Não cabe na normalidade de qualquer pessoa, seja ele militar ou civil, mas não é normal uma pessoa que age assim - que bate em Parlamentares, que sai às ruas, que agride, que provoca, que diante da buzina de um motorista vai lá, quer arrancá-lo do carro, quer bater nele! Realmente esta terra nobre Deputado, já foi chamada uma vez de Vera Cruz; depois aos decobrirem terra firme, chamaram de Santa Cruz.

Mas, se chegar realmente a ser como foi nesses dias a terra de Newton Cruz, essa Nação realmente não terá mais salvação.

O Sr. Rubens Bueno - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento do orador).

Deputado Gernote Kirinus, Vossa Excelência traz um pronunciamento esta tarde, e que espelha com fidelidade as intenções e o pensamento da bancada do PMDB, do Pa-

raná. Mais do que isso nós devemos também lembrar a agressão sofrida pelos Parlamentares em Brasília, pelo General Newton Cruz.

Vossa Excelência sabe que esta agressão não foi só aos Parlamentares em Brasília, mas sim, também ao Parlamento do Paraná. E é por isso hoje o nosso repúdio aqui, espelhado no pronunciamento de Vossa Excelência.

Parabéns, Deputado.

O SR. GERNOTE KIRINUS - Agradeço o aparte.

Depois da não aprovação, Sr. Presidente e Srs. Deputados da Emenda Dante de Oliveira, a emenda do povo, a emenda que o povo aderiu, o próprio Congresso Nacional foi desacreditado no Fórum de Negociações aos direitos desse mesmo povo.

Se o povo conheceu durante a votação da emenda os seus algozes e traidores, está também agora a reconhecer nas pretensas negociações outra corja de traidores e que até então estavam até ocultos atrás de um sim, mas de um sim oportunista. São os que disseram sim, mas interiormente se assanharam com a derrota e estão aí a desfilar pelos jornais, a se auto-julgarem os autênticos intermediários para medidas de negociações com o Governo.

Quão rápidos se esqueceram do povo para, agora, em nome deste mesmo povo que pedia diretas-já, negociar com o Governo. Muito antes do histórico vinte e cinco de abril, manifestavam já a sua verdadeira identidade como pseudo-líderes quando, por exemplo, criticavam o comício pelas diretas e também chegaram a propor a proibição da manifestação pública da Praça dos Três Poderes; foram contra a marcha para Brasília; saíram apressadinhos a confabular com os generais, sem ter para isso a autorização do próprio Partido a que pertenciam; posicionaram contra a marcha para Brasília e, hoje, são os primeiros a quererem usurpar o lugar do povo ao se nominarem prontos para discutirem a proposta governamental da negociação.

Haveremos de desconfiar, junto com o nosso povo, também daqueles que se demoraram a se engajar nos atos públicos por suas origens talvez biônicas ou oportunistas. Muito cuidado, "Senhor Cavalheiro do Oportunismo", porque o povo está de olho também nos oportunistas, o povo também ainda chora o não, também está atento para desconfiar daquele sim dado apenas de boca, apenas verbal, o sim sem convicção patriótica. A amarga experiência do dia vinte e cinco de abril e a sábia lição da história aguça ainda mais o preparo da consciência política e cívica de todos os compatriotas brasileiros.

Este povo, do qual eu me orgulho pertencer hoje, ao contrário do que muitos

querem crer, está mais preparado, está muito mais preparado, não simplesmente para eleger o Presidente da República, mas está preparado para muito mais para poder também decidir os destinos dessa Pátria. Sabem, com inteligência, responder aos desafios e às provocações dos algozes, dos prepotentes. Os vinte anos de ditadura, somados aos recentes episódios de abril, das liberdades, estribados da história do Tiradentes é a grande esperança desta Nação. Todo aquele que se distanciar deste povo, com esta experiência, com este já demonstrado civismo, verá frustradas as suas intenções como dirigente da Nação. Eis, porque acreditamos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que qualquer tipo de negociação que venha agora a deixar o povo à margem, não logrará consistência e nem durabilidade. Não aceitamos a desmobilização popular das massas que marcharam na grande campanha cívica pelas "diretas-já".

O meu partido - digo em alto e bom som -, ao sugerir a desmobilização, esvaziou-se aos poucos, e está tomando uma cena perigosa: o Congresso está desautorizado para, sozinho, negociar sem o povo, para sozinho negociar com o Governo, porque o Congresso disse não. Estes Senhores, por mais bonzinhos que tenham sidos, mostraram-se a favor votando sim. Precisam entender que o Brasil de hoje é um Brasil novo, surgido de uma nova geração que nem sequer os vinte anos de ditadura conseguiu afogar sua vocação de ser livre. Não será um grupo de elites como nos tempos da Velha República que poderá gerir as questões mais sérias e mais cruciais do impasse no destino da Nação na nossa época.

Pelas razões expostas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a falta de confiabilidade no Congresso Nacional, dada também à presença de biônicos e as oposições partirem para negociação, exigimos a participação do povo através da realização de concentrações e por intermédio da criação de um Congresso popular do qual façam parte todos os representantes de todos os segmentos sociais organizados. Não consigo conceber a posição de partido democrático que procure a participação popular em suas decisões mais significativas, pois aproxima-se, como já disse, perigosamente do despotismo daqueles que tomaram o poder em 64, confundindo com desordem as intensas manifestações populares de então. Que democracia é esta, Sr. Presidente, Srs. Deputados, onde a livre manifestação popular é tida como doença contagiosa, que precisa ser reprimida pelo bem da ordem democrática?

Assemelha-se isto, aquele professor que manda cortar o galho da árvore, que insiste em penetrar na sala de aula, e estorvar a sua brilhante exposição sobre fo-

tossintese.

Encerro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, este meu pronunciamento dizendo ao povo paranaense e brasileiro o meu não à desmobilização popular. Só deveremos negociar à luz dos interesses da Nação, com a presença do povo-massa, unanimidade, pela transparência da coisa pública e para garantir, mais uma vez, que não serão negociadas neste episódio a soberania e a dignidade dos filhos deste solo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (~~sem~~ revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (~~Mestor~~ Baptista) - Consulta a Liderança do PMDB se fará uso dos restantes vinte e cinco minutos.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Usará da palavra inicialmente o Sr. Deputado Rubens Bueno, por quinze minutos.

O SR. PRESIDENTE (~~Mestor~~ Baptista) - Com a palavra Sua Excelência o Sr. Deputado Rubens Bueno, por quinze minutos.

O SR. RUBENS BUENO - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Comemoramos ontem a "data maior" do trabalhismo mundial, vivenciando intensamente a emoção, precedida da indignação, política, que o País está atravessando nos últimos dias. Acredito que a rejeição da Emenda Dante de Oliveira apenas alguns poucos dias antes da data internacional do Primeiro de Maio, aniversário de 98 anos de luta operária, vem, no mínimo, somar-se aos muitos erros históricos deste governo, e lembrar a todos os brasileiros como anda a nossa política trabalhista, se é que assim é digna de se denominar a série de medidas paternalistas e controladoras que pesam sobre os ombros da classe trabalhadora.

Talvez, por este motivo, o dia 1.º de maio, não seja por nós comemorado com muita alegria, ou com festividades que sejam realmente merecedoras desse nome; entre nós, a data é dedicada à sérias avaliações sobre o momento atual, e sobre o futuro sombrio que se desenha para todos os trabalhadores deste País.

Regulados por uma legislação que urge ser modificada. Retrógrada no que diz respeito aos seus direitos mais inalienáveis. Os trabalhadores, mais do que qualquer outra classe, empunharam a bandeira de luta das eleições "Diretas-Já", e marcaram presença nas praças e ruas brasileiras, clamando o fim do continuísmo e do casuísmo imposto à Nação através de um golpe militar, que se auto-denomina de "protetor das liberdades ameaçadas" e se vangloria de "democrático".

Os trabalhadores, através da palavra de

ordem que a todos brasileiros une, souberam e saberão demonstrar que o movimento operário continuará na luta, firme, para que lhes sejam reconhecidas as suas prerrogativas democráticas; os sindicatos serão autônomos, desatrelados do controle que lhes foi imposto pela ditadura militar; entidades verdadeiramente de representação e de expressão máxima das mais legítimas aspirações da classe; haverá também, a livre negociação do direito de greve, direito reconhecido em todos os ordenamentos jurídicos democráticos.

Para que se alcancem e se tornem uma realidade estes requisitos mínimos de plena liberdade do setor trabalhista brasileira, que são reivindicações específicas, mas que no todo não se divorciam das grandes questões nacionais (pelo contrário, se ligam indissolivelmente ao destino de plenitude democrática no Brasil). Portanto, há que se extirpar desta Nação o vírus que aqui vive e se reproduz há vinte anos, alimentado nos laboratórios diabólicos do Colégio Eleitoral, que é nada mais nada menos, do que um antro de fracassadas experiências políticas encomendadas por organizações e Estados alheios ao nosso desenvolvimento e soberania.

Nestes vinte anos assistimos ao depauperamento progressivo da classe operária. Vivemos o momento mais dramático do incommensurável arrocho salarial, que ao atrofiar a renda familiar, reduz a níveis desesperadores o poder de compra do brasileiro. Embora nos últimos meses a oferta de emprego tenha se mantido estável, não consegue ainda reduzir os efeitos da nova chantagem que está se institucionalizando a nível nacional, que é a ameaça da perda do emprego, versus a postulação por salários condignos, desprezando-se as qualificações para o desenvolver de atividades específicas. A situação brasileira vem só confirmar que, a exemplo dos países do terceiro mundo, o Brasil, como País subdesenvolvido, está preterindo os ideais de justiça no trabalho, relegando a classe operária a mera engrenagem do processo produtivo, que vive com um salário mínimo que atende a apenas um terço das necessidades básicas de uma família com quatro membros.

O movimento sindical tem a missão histórica de, no momento político porque passamos, apresentar juntamente com os demais setores da sociedade civil, o rol das suas reivindicações próprias, pressionando junto às autoridades constituídas para que se mudem os rumos da política econômica, revogando-se todas as medidas de exceção e recessivas, estabelecendo-se critérios de justiça e equidade no trabalho; o aumento da oferta de emprego; o salário mínimo condizente; as necessidades básicas de greve;

a liberdade e autonomia sindicais; o reaquecimento da produção com conseqüente retomada do desenvolvimento; a assembléia nacional constituinte e as eleições "Diretas-Já", são reivindicações que concernem ao movimento trabalhista e a todos os cidadãos brasileiros.

Estas são, em resumo, as propostas pensadas e amadurecidas que se põem ao Governo, visando a retomada dos rumos democráticos perdidos há duas décadas. Qual será o destino de um Governo que se atreve a subestimar e desdenhar do encaminhamento das legítimas e reiteradas reivindicações da classe trabalhadora? Ela é a força produtiva do País, o ponto de partida para o nosso desenvolvimento. Se a recessão existe, ela não é culpa do trabalhador, que quando empregado, vem mantendo níveis estáveis de produtividade, mas sim do governo, que está apostando o dinheiro da Nação na política do desemprego. E da especulação."

O Sr. Paulo César Furiatti - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, Vossa Excelência faz a explanação sobre o Dia do Trabalho. E eu aproveito este aparte que Vossa Excelência me concede para registrar que o autoritarismo, o arbítrio deste Governo implantado após 1964, vem hoje massacrar o trabalhador brasileiro. Porque, de acordo com estudos do DESE, de São Paulo, um trabalhador hoje, com sua esposa e mais um filho, precisa, necessitar para comprar a ração básica, mínima, de cento e sessenta e dois mil cruzeiros por mês. Quando temos um salário mínimo de Cr\$ 97.000,00.

Este dado somente já basta para concluir que os trabalhadores brasileiros que ganham salário mínimo estão eles, e suas famílias, passando fome.

E mais, há 25 anos atrás precisava o trabalhador trabalhar durante a semana por um período de 65 horas, para comprar esta ração mínima. E hoje precisa de 134 horas.

Quer dizer, depois da milagrosa revolução de 1964, o trabalhador tem que trabalhar duas vezes mais para conseguir comprar os mesmos alimentos que comprava há vinte e cinco anos atrás. Este o testemunho que gostaria de dar à concessão de vosso aparte, para concluir que o autoritarismo político do regime, o autoritarismo econômico do regime, fez com que as condições de vida do nosso trabalhador rural estejam em condições precárias e que nós, efetivamente, neste "1.º de Maio", comemoramos o Dia do Trabalho com muita tristeza.

Muito obrigado.

O SR. RUBENS BUENO - Eu é que agradeço.

O Sr. Antônio Annibelli - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Rubens Bueno, Vossa Excelên-

cia hoje interpreta o PMDB, que é o verdadeiro partido que defende os trabalhadores, principalmente em nosso Estado e em todo o Brasil. Apenas para colaborar com o vosso discurso, dizer que neste último "Primeiro de Maio" que ontem deveria ser um dia de alegria aos trabalhadores, os trabalhadores brasileiros comemoraram o seu dia, sob o "Estado de Emergência". Mas o "Estado de Emergência" para reprimir o trabalhador; e reprimir as idéias democráticas de todos os trabalhadores brasileiros.

Nós gostaríamos que estivessemos num regime de emergência, mas um regime de emergência de trabalho ao desemprego; um regime de emergência de melhor salário ao empregado; um regime de emergência que desse mais apoio aos filhos e universidades gratuitas aos filhos dos trabalhadores.

Emergência neste País, para limpar a consciência anticristã dos homens que estão a Governar o Brasil, para olharem ao trabalhador brasileiro, como se fossem os homens que constroem este País, como foi na época de Getúlio Vargas, de tão saudosa memória, aquele grande Presidente, que o dia 1.º era o dia de festa do trabalhador. Hoje foi retirada a medida de emergência. Porém a emergência que nós queríamos era esta, era de dar ao trabalhador o seu direito de criar a sua família, de levar à sua mesa, enfim, de que o trabalhador fosse respeitado e fosse uma conquista do Brasil. E não olhado por um governo antipopular e anticristão, como o trabalhador é hoje, como olhado com medo, com desprezo e o Governo não respeitar a esse homem como se fosse criado à imagem e à semelhança de Deus.

Deputado Rubens Bueno, nossos parabéns, pelo vosso discurso e por termos Vossa Excelência nos nossos quadros e representar muito bem o PMDB.

O SR. RUBENS BUENO - Eu tenho a agradecer e incorporo com muito prazer, o aparte do Deputado Antônio Annibelli.

Os trabalhadores, Senhor Presidente, exigem paz, trabalho e justiça social.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mestor Baptista) - Consulto a Liderança do PMDB se fará uso do seu horário dos quinze minutos restantes.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Abrimos mão Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mestor Baptista) - Consulto a Liderança do PDS se fará uso do seu horário.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Senhor Presidente,

por 15 minutos, o Senhor Deputado Francisco Escorsin e os outros 15 minutos ao nobre Líder Luiz Alberto Oliveira.

SR. PRESIDENTE (Mestor Baptista) - Concedo a palavra por 15 minutos, no horário da liderança do PDS ao Deputado Francisco Escorsin.

O SR. FRANCISCO ESCORSIN - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Muito se tem comentado que o dia 25 de abril próximo passado, representa uma nova fase na história brasileira. Naquele dia, parte da Nação, em estado de vigília, acompanhou a votação de emenda que preconizava as eleições "Diretas, Já". Derrotada que foi, pela manifestação dos congressistas, todos assistimos, agora ao desdobramento da ação política, para que se atinja o objetivo almejado por todo o povo brasileiro: a plena redemocratização do País.

Redemocratização esta que se insere no programa de abertura do Presidente João Figueiredo, que avança, evolui apesar das dificuldades e das incompreensões, das contestações e das incertezas, mas que haverá de ser atingida. E, para tanto, sem dúvida alguma, a participação da classe política é imprescindível, pois só na Casa dos políticos é que o debate pode ser desenvolvido e pelo diálogo dos contrários, concluir pelo novo caminho.

A Emenda Governamental é abrangente, oferece um leque de opções. Passa pelo inquestionável direito do povo de eleger os prefeitos das capitais e estâncias hidro-minerais, desenvolve prerrogativas ao Legislativo, abandona a condição de adotar medidas por Decretos-Leis, controla mais de perto as atividades das empresas estatais. E se coroa, com a garantia de eleições diretas à Presidência da República.

Com o debate desta mensagem chega o momento de repensar a postura de todo o país, que não pode mais se sujeitar à mistificação de uma mobilização conduzida por quem pretende o poder, já e agora, a qualquer custo, mas sobretudo às custas do dinheiro público; equivale dizer, com o dinheiro de todos nós. É hora de enrolar as Bandeiras, emudecer os tambores e reafirmar aos delegados do povo, a delegação a eles outorgada, para que no silêncio dos gabinetes e no calor dos debates do Plenário, a melhor solução seja encontrada, e o problema solucionado.

O que não é mais admissível, é se ver a interrupção das atividades produtivas, com o evidente propósito de desviar a atenção dos governados para com a falta de ação dos governantes. E o nome destes, todos conhecem. Quiseram impingir suas vontades e suas ambições valendo-se da credulidade do povo ou, pelo menos, de parte

deste povo. Prometeram o paraíso, venderam ilusões, idealizaram sonhos, foram generosos na retórica. Em momento algum uma proposta conciliatória, em instante algum, uma solução às tremendas dificuldades sociais e econômicas pelas quais todos nós passamos. A exemplo, aliás, de todo o restante do mundo.

Conciliar, transigir, são os verbos que devem ser conjugados, não obstante apenas agora, de momento derrotados, disto se lembrem. Vamos conciliar, sim; vamos transigir, sim. Pois acima de tudo o que deve imperar é o bem-estar de todo um povo, é a satisfação plena de suas aspirações pela via democrática, provadamente - quer queiram ou não - o caminho pleno para a igualdade entre as pessoas e a concretização da paz social.

Emocionalmente, com radicalismos, não chegaremos a caminho algum. Quando defendemos a tese de repensar o momento nacional, defendemos ampla reformulação da legislação partidária, para que se permita no Brasil a formação de partidos politicamente autênticos. Pois inconcebível é que, após 20 anos, as agremiações se gerem por decretos. E, pior, continuem tuteladas pelas mesmas oligarquias, os mesmos chefões. Não se pode mais admitir um partido político fruto de um parto espúrio, com filhos gerados estranhos ao seu ventre, desligados até de seu cordão umbilical.

São esses mesmos, os homens que lançaram as "DIRETAS-JÁ", em benefício próprio, e não para que o povo pudesse se manifestar livremente. Estes mesmos homens que serão os candidatos a serem "escolhidos" entre aspas - e lutam para chegar lá, enganando como sempre enganaram toda a sociedade e, para tanto, é necessário mudar os métodos e os homens, afastando-se os interesses imediatistas e as ambições personalistas. Os partidos devem surgir pela vontade das bases, e não por imposições dos que se eternizam nos postos de comando. Os partidos atuais são frutos de alquimia. Pouco representam, a não ser a vontade dos seus donos.

O que se defende, e isto é imperativo, é a forma mais democrática de escolha, com manifestação efetiva de toda a população, antes, porém, imunizada contra as investidas de politiquinhos e palanqueiros de fala fácil. Que se amplie o atual Colégio Eleitoral, tornando-o mais democrático, representativo e independente. Que se extinga, a fidelidade partidária, que é o atestado da não autenticidade dos partidos. Que se efetue ampla reforma da legislação partidária com eliminação das exigências que impedem a formação de partidos autênticos, livres da tutela de chefões e da oligarquia. Que se permita que grupos políticos homogêneos no pensamento, e na

ação, se constituam, democratizando-se assim a vida partidária da Nação.

A Pátria só haverá de se forjar com ordem e com progresso. Com as mãos unidas e os braços entrelaçados. Haveremos, com toda a certeza, de superar estes momentos. A hora do amanhã não está distante. O bom povo brasileiro reencontrará suas aspirações democráticas, que estão próximas. Para isto os seus representantes, emanados do voto, livre e soberano, na mesa das negociações certamente encontrarão o caminho que nos será comum. É só confiar, e não se deixar embair pelos falsos profetas e pelos semeadores do nada".

O SR. FRANCISCO ESCORSIN - Concedo o aparte ao Deputado Gernote Kirinus.

O Sr. Gernote Kirinus - Nobre Deputado Escorsin, ilustre 2.º Secretário:

Nós gostaríamos de registrar, em primeiro lugar, cumprimentando-o por algumas posições que Vossa Excelência toma hoje na tribuna, principalmente, quando pede e lembra de que neste País não existe - dado a espúria Lei que criou os Partidos - a liberdade, a liberdade da constituição de partidos realmente homogêneos. Vossa Excelência tem razão nisso.

No entanto, registro também um pequeno equívoco: acredito que as manifestações populares em prol das diretas, não tinham, e não se deixaram, pelo menos, levar pelo interesse oportunista daqueles que, talvez, quisessem ser candidatos; pelo menos, não do meu Partido porque uma das coisas que o PMDB sempre tem afastado da discussão no momento crítico da votação da Emenda Dante de Oliveira, foi exatamente para evitar que saíssem candidatos, para que não houvesse divisão desta grande frente que se constituiu em prol das "diretas-já", em todos os comícios.

Eu acredito que havia intenção séria. E realmente correspondeu aos anseios populares. A população brasileira correu às praças, veio a público, de uma forma extraordinária, como nunca se viu na História. Não foi imbuído por falsidade ou por falsos profetas, foi realmente uma vocação, foi realmente um desejo. Talvez o desejo não fosse imediatamente uma eleição a Presidente já, mas o desejo maior que está por trás desta manifestação é de um povo que está vocacionado à liberdade, e vive na escravidão há vinte anos, por um governo muitas vezes sustentado, às vezes até contra-gosto, por pessoas do gabarito de Vossa Excelência, que nós admiramos profundamente, e acreditamos estar realmente vocacionado com a liberdade, dado que no bojo do seu pronunciamento existe realmente este desejo de reencontrar o Brasil dentro das suas verdadeiras liber-

dades democráticas.

O SR.DEPUTADO FRANCISCO ESCORSIN - Eu agradeço o aparte do nobre Deputado Kirinus, e respeito o seu pensamento. Mas quero dizer a Vossa Excelência, ao Digníssimo Presidente, e aos Senhores Deputados, conheço bem os atuais líderes políticos da Oposição.

Quando Prefeito Municipal de Assaí, em 1960, tive a infelicidade de conhecer Ulisses Guimarães, Tancredo Neves, e Franco Montoro, na greve de algodão em que explodiu no Vale do Tibagi, fomos a Capital Federal diversas vezes, acompanhados dos lavradores. Os lavradores revoltados com os preços ínfimos do algodão, ameaçaram saquear e incendiar as máquinas de algodão. A estrada do Cerne a única ligação do Norte ao Sul, foi interditada pelos lavradores, a energia elétrica foi cortada, e nós desesperados fomos a Brasília implorar ao primeiro Ministro Tancredo Neves, que tivesse piedade dos lavradores de algodão. Era Ministro do Trabalho, Franco Montoro, era Ministro da Indústria e Comércio, o famoso Presidente do MDB, Ulisses Guimarães, e acreditem Senhores, após as promessas inúteis, maldosas dos atuais dirigentes, hoje da Oposição Nacional, retornamos a Assaí, na esperança, de pelo mínimo, que os apelos justos e procedentes dos lavradores de algodão fossem atendidos.

São testemunhas milhares de lavradores daquela região do Vale do Tibagi. Incrível que pareça, diante da irresponsabilidade dos homens que se dizem hoje, salvadores da pátria, ao chegarmos em Assaí, lá encontramos quatrocentos militares prendendo e espancando aqueles nobres e infelizes lavradores de Assaí.

E hoje, esta gente se apresenta perante a Nação, como os milagreiros, os salvadores da Pátria. Esta é a verdadeira situação em que nós vivemos como político, como Prefeito Municipal, no exercício de 1960, quando era Presidente da República Jango Goulart, e o Primeiro Ministro o famoso Governador Mineiro, Tancredo Neves.

Muito obrigado.

O SR.PRESIDENTE (**Nestor Baptista**)- Consulto a Liderança do PDS se fará uso dos 15 minutos restantes.

O SR.GILBERTO CARVALHO - Com os 15 minutos o eminente Líder Luiz Alberto Oliveira.

O SR.PRESIDENTE (**Nestor Baptista**)- Com a palavra o nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR.LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não são só os dirigentes do PMDB, a nível Nacional que colocam a política na rua para evitar manifestações populares. Há minutos atrás, o Deputado Francisco Escorsin, fez um histórico depoimento relatando a esta Casa, falsidade das soluções admitidas pelos mais ilustres dirigentes do PMDB deste País. Relatou um episódio de que agricultores de seu Município, de Assaí foram a Brasília e após as promessas de Tancredo Neves e do então Ministro da Indústria e do Comércio Ulisses Guimarães, voltaram às suas cidades e lá encontram as forças do Exército Nacional e da Polícia para evitar uma demonstração pacífica de descontentamento dos agricultores daquela região.

Não só no passado o PMDB coloca a polícia nas ruas, mas ainda hoje, poucos metros desta Casa e deste Plenário, estão forças policiais evitando que os celetistas, que os servidores públicos estaduais regidos pelo Regime da Consolidação das Leis do Trabalho possam exigir que o Governador José Richa resgate o solene compromisso que assumiu na campanha eleitoral, de dar aumento condigno ao funcionalismo público.

Ontem, era Ulisses Guimarães, Tancredo Neves, hoje é José Richa. Qual o traço de união, colocam a polícia na rua para evitar a pacífica demonstração de insatisfação popular. Mas não é só esta a similitude das atuações dos homens do PMDB, é outra também Senhor Presidente, Senhores Deputados, eles são pródigos em criticarem quando na Oposição, e são ávidos em resgatar os compromissos das épocas pré-eleitorais. Por isto estão aqui em Curitiba delegações de servidores celetistas de todo o Estado cobrando do Governador José Richa o que? O reajuste de acordo com o INPC, promessa do Governador; mais uma mentira do Senhor José Richa. Solicitam a semestralidade que o Governador José Richa prometera em campanha eleitoral e que lamentavelmente esta Casa, por iniciativa da maioria derrubou o Projeto de Lei de minha autoria e de autoria de companheiros da Bancada do PDS. Não só aí ficam as justas reivindicações: dois pisos salariais. Ainda ontem, comemoramos o Dia do Trabalhador. Ouvimos hoje o pronunciamento do PMDB na tribuna da Casa solidarizando-se com as manifestações dos trabalhadores brasileiros. Mas lamentavelmente, a voz do PMDB se cala quando os servidores estaduais demonstram que Richa e o PMDB no poder é um mal patrão, não cumpre com o que prometeu. Pede à iniciativa privada que dê bons reajustes, mas quando no Governo tapeia o funcionalismo público efetivo, deixando de dar como deixou já de dar o reajuste do INPC integral, tirando do salário do servidor 47% da correção do INPC, e, ao final

do ano, dando o 13.º meia-sola, porque é apenas sobre o salário básico e não sobre o salário e as gratificações.

Este é o governo do embuste, da mentira também, com relação ao funcionalismo público estadual.

E é por isto que estamos nesta tribuna para apresentar a solidariedade da Bancada do PDS, que tem lutado nesta Casa, através dos instrumentos legais de que dispõe, para que se ponha cobro a este estado de coisas.

A Bancada do PDS já apresentou projetos de lei estabelecendo a semestralidade com base no INPC; já apresentou por ocasião da discussão do aumento dos servidores efetivos do Estado, emenda neste sentido, que foi recusada pela maioria do PMDB; já apresentamos projetos de lei dando estabilidade aos servidores celetistas do Estado, com dois anos, à semelhança do que fez o Governador Ney Braga, quando efetivou no quadro próprio do funcionalismo público estadual, onze mil professores suplementaristas e seis mil servidores serventes do Estado do Paraná, que tiveram, estas sim, o direito à estabilidade, reconhecida pelo Governador Ney Braga, na administração anterior.

E, lamentavelmente, hoje o que percebemos no Estado do Paraná é o clima da perseguição, é o clima da discriminação, é o clima do ódio.

Devo relatar a esta presidência, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, que ainda ontem, aliás, na sexta-feira, um servidor público que estava à disposição deste Poder, médico-veterinário, servidor exemplar da Secretaria da Agricultura, Doutor Pedro Jamur, durante doze anos servidor dedicado daquela Secretaria, ex-Chefe do Núcleo, que estava à disposição deste poder, retornou à Secretaria em razão da lei que aprovamos, efetivando os adidos efetivos nesta Casa. Resultado: imediatamente, o Secretário de Estado providenciou a dispensa deste Servidor.

Por que?

Porque ele ficara à disposição de um Parlamentar do PDS.

A perseguição, o ódio, a discriminação político-partidária, que fere os direitos humanos no Paraná, continua em pleno vigor, e o massacre é permanente, contra aqueles funcionários que não se dobram, que não se vergam ao clima que o PMDB pretende instalar no Paraná.

Concedo aparte do nobre Deputado Adhail Sprenger Passos.

O Sr. Adhail Sprenger Passos- Eu agradeço ao nobre Deputado a concessão do aparte. Eu o solicitei para dizer a Vossa Excelência que não concordo com o fato de que a política esteja nas ruas, para impe-

dir a manifestação aos celetistas.

Eu quero que Vossa Excelência entenda que a presença da polícia se faz necessária para garantir a liberdade de manifestação de celetistas. Que eu saiba, os celetistas têm a plena liberdade de ir e vir, inclusive quando cheguei a Esta Casa, eles estavam no recinto deste prédio. E, se não me falha a memória, também penetraram no plenarinho. E a polícia está nas ruas para garantir a livre manifestação dos celetistas. Eu acho que Vossa Excelência não corrobora com a afirmação que nesta Casa foi feita, comparando a atuação da polícia do Governo do Estado do Paraná neste episódio de hoje, com os episódios que Brasília viveu. A polícia tem o dever de garantir as manifestações, inclusive com a possibilidade que sempre há de que haja a deturpação dos verdadeiros objetivos da própria manifestação.

Apelo ao bom senso de Vossa Excelência e que eu saiba, esta Casa ainda não tomou conhecimento de nenhum ato coercitivo da polícia aí fora, junto às manifestações dos celetistas.

Quero dizer a Vossa Excelência também, que o estado de coisas que existe com relação aos celetistas do serviço público estadual, não foi criado por esse Governo. Ele vem de muito tempo. Este Governo está justamente, dando oportunidade para que os celetistas se organizem numa entidade associativa e compareçam perante o Governo para discutir a sua situação. Tanto isso é verdade, que hoje à tarde, eles estão tendo com sua Excelência o Senhor Governador do Estado uma reunião. As lideranças desses funcionários e servidores estão tendo uma reunião com o Senhor Governador, discutindo a solução do problema dos celetistas.

De modo que, a realidade dos fatos é muito diferente desse apocalipse que Vossa Excelência está procurando retratar da tribuna neste momento. É uma coisa muito diferente. Há oportunidade para que os trabalhadores possam expressar o que pensam, há oportunidade de que os celetistas possam ir ao Governador do Estado e expressar de viva voz, e na presença do Governador, as reivindicações.

São novos tempos que vossa Excelência parece, não quer ver e nem sentir.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Vossa Excelência deve ver os novos tempos, mas não deve ter ouvido para ouvir os clamores dos servidores públicos que pedem: " Governador José Richa, cumpra com o que prometeu"

Se é o novo tempo do Paraná, o tempo da mentira, da promessa na época da eleição e na falta de cumprimento no Palácio Iguazu, Vossa Excelência sabe que enquanto

os servidores estaduais pedem o que, dois salários mínimos como piso, o Governador do Estado, transforma cargos em comissão. São diversas as denúncias, inclusive de Parlamentares da sua Bancada que existem Secretários de Estado, percebendo por duas ou três fontes.

Este é o novo tempo do Paraná. Tem razão Vossa Excelência, Deputado Adhail Sprenger Passos, onde um Secretário recebe da Fundação Universidade de Londrina e recebe salário como Secretário de Estado tem duplicado a verba de representação. Estão ganhando 100% a mais, além das mordomias já provadas e caracterizadas neste plenário, os Secretários de Estado do Paraná estão percebendo mais 100% sobre a verba de representação. O novo tempo do Paraná, o Deputado Adhail Sprenger Passos, é exonerar técnicos competentes para colocar apaniguados políticos e estes apaniguados políticos, não tem a competência técnica necessária para distribuir água em condições de salubridade para o povo do Paraná e estão aí os exemplos de gente que está sendo internada em hospitais para curar-se da água que a Sanepar está distribuindo ao Paraná.

Realmente, eminente Deputado, são novos tempos. Para os novos tempos é preciso o exercício do malabarismo intelectual e verbal como Vossa Excelência fez. No passado, quando o Governo era do PDS, a polícia estava na rua para garantir a manifestação popular, e nós éramos logo avisados de evitarmos a manifestação do funcionalismo público.

Hoje Vossa Excelência no exercício de malabarismo intelectual e verbal que eu me congratulo com Vossa Excelência, consegue dizer que o funcionalismo está sendo bem tratado pelo Governador José Richa, que não sai do Palácio, deixa o funcionalismo na chuva, sofrendo. Não quer ver, provavelmente os cartazes que estão lá dizendo: "Governador o Estado está arrecadando 215% a mais. Pague, por favor, o que é justo". "Governador, cuidado! O Garanhão vai aniquilar com o seu Governo". "Governador, o povo tem memória e vai dar a resposta nas urnas de 15 de novembro de 1986".

Muito obrigado. (~~Sem~~ revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Nestor Baptista) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à
ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, devidamente apoiado, constante do expediente.

Requerimento de autoria do Senhor De-

putado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Resolução n.º 01/84. - Em votação.

O SR. GILBERTO CARVALHO - (Pela Ordem) Senhor Presidente, eu tenho outro requerimento pedindo também preferência de votação ao Projeto de Resolução n.º 99/84.

O SR. PRESIDENTE - (Nestor Baptista) Está sobre a Mesa e será apreciado dentro de instantes.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Mas o assunto é o mesmo. É preferência de votação na Ordem do Dia da Sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE - (Nestor Baptista) Mas já existem requerimentos na frente, nobre Deputado. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 01/84, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA e que dispõe sobre a aplicação das dotações da Assembléia Legislativa do Estado na forma que especifica e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEL da C.C.J. e FAVORÁVEL COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA C.O., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. -

Em votação a Emenda Substitutiva do Art. 2 do presente Projeto. **Aprovada.**

Em votação o Projeto. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n.º 78/84. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 78/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 90/84), que objetiva autorizar o PODER EXECUTIVO a abrir crédito adicional de Cr\$ 29.000.000.000,00 ao vigente Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei n.º 7.772 de 13 de dezembro de 1983, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F. à EMENDA SUBSTITUTIVA da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Em votação. - **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Resolução n.º 99/84, oriundo do Parecer à Proposição n.º 97/84, de autoria do Senhor Deputado Roberto Requião e outros. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de

preferência de votação acima aprovado:

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 99/84, oriundo do Parecer à Proposição n.º 97/84, de autoria do Deputado ROBERTO REQUIÃO E OUTROS, aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que determina sustação da denúncia crime n.º 3/84, em que é indiciado o Deputado LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, na forma que especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 99/84
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

RESOLVE:

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas prerrogativas constitucionais aprovou e eu promulgo o seguinte:

Art. 1.º - Fica sustado, nos termos do disposto no § 3.º, do Art. 12, da Constituição Estadual o processo crime n.º 3/84, no qual é réu o Deputado Luiz Alberto Oliveira.

Parágrafo Único - A Presidência desta Casa oficiará ao Desembargador Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, dando ciência da presente Resolução, para que determine sua imediata aplicação.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1984.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente;
ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Relator.

Apoio: JOSÉ ANTÔNIO FONSECA, IVAN GUBERT, ANIBAL KHURY, GILBERTO CARVALHO e TADEU LÚCIO MACHADO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER

O presente Projeto de Resolução tem por finalidade analisar a sustação ao processo crime movido pelo Senhor Secretário de Estado das Finanças do Estado do Paraná contra o Deputado Luiz Alberto Oliveira, em curso no Tribunal de Justiça deste Estado.

Não só pelo aspecto político, onde a preservação das imunidades parlamentares devam ser garantidas, mas também e principalmente pela ótica jurídica, a negativa para o prosseguimento da ação penal em tela há de se fazer presente.

Posto isso, fulcrado nos dispositivos contidos no Art. 32 da Constituição Federal, em seu parágrafo 3.º; pelo Art. 12, parágrafo 3.º, da Constituição Estadual; pelo Art. 127, parágrafo 4.º, ítem I do Regimento Interno e pelos contidos na Resolução n.º 119/79, de 21 de maio de 1979 - em anexo - somos de opinião de que a sustação da ação penal em curso no inclito Tribunal de Justiça do Estado do Paraná contra o Deputado Estadual Luiz Alberto Oliveira, seja medida necessária para que se aplique a mais lúdima e pura justiça.

É o meu parecer. Em 25.04.84

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente;
ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Relator.

Em votação. - **Aprovado:**

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n.º 193/83, que declara de utilidade pública a CASA DA AMIZADE DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE ASSAÍ, com sede na cidade de Assaí. **Aprovado.** (Publicado no D.A. 118/83, de 20/10/83)

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n.º 197/83, que declara de utilidade pública a "A Associação Cultural e Esportiva de Cianorte-ACEC, com sede e foro na cidade de Cianorte. **Aprovado.** (Publicado no D.A. 119, de 24/10/83).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n.º 198/83, que declara de utilidade pública o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas de Curitiba, com sede e foro no Município de Curitiba. **Aprovado.** (Publicado no D.A. 119, de 24/10/83).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n.º 205/83, que declara de utilidade pública e a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Manoel Ribas"-APMI, com sede no Município de Manoel Ribas e foro na Comarca de Ivaiporã. **Aprovado.** (Publicado no D.A. 125, de 09/11/83).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n.º 208/83, que declara de utilidade pública a "Fundação Celepar", com sede em Curitiba. **Aprovado.** (Publicado no D.A. 125, de 09/11/83).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n.º 210/83, que declara de utilidade pública o "Centro COMUNITÁRIO DE PROTEÇÃO AO MENOR", com sede e foro na cidade de Santa Mariana. **Aprovado.** (Publicado no D.A. 125, de 09/11/83).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n.º 211/83, que declara de utilidade pública a Associação dos Servidores da Secretaria de Educação do Paraná - "ASSEP", com sede e foro no Município de Curitiba. **Aprovado.** (Publicado no D.A. 125, de 09/11/83).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n.º 213/83, que declara de utilidade pública a "Associação de proteção à Maternidade e à Infância de São Jorge", com sede e foro na cidade de São Jorge do Ivaí. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 213/83

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica delcarada de utilidade pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de São Jorge", com sede e foro na cidade de São Jorge do Ivaí.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10/04/84.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA - Presidente;

TADEU LÚCIO MACHADO - Relator.

O SR. PRESIDENTE - (Nestor Baptista) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando o envio de apelo à Comissão Executiva deste Poder Legislativo, a fim de ser apresentado o Projeto de Resolução conforme prevê art. 25 da lei n.º 7784, que visa regulamentação para as promoções e ingresso nas classes iniciais no Quadro de Pessoal deste Poder. **À Comissão Executiva.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando dispensa da publicação em Redação Final do Projeto de Lei n.º 78/84, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n.º 90/84). **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando dispensa da publicação da Redação Final para o Projeto de Resolução n.º 01/84. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Odaliza Cordeiro Kubach, professora aposentada no Município de Morretes. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jovem Anderson José Mendes, ocorrido nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Ondina Costa Teixeira, ocorrido no dia 28 de abril do corrente ano, no Município de Rio Branco do Sul. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida Cesar, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 113.º aniversário do Município de Imbituva. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Abelardo Brüning, ocorrido no dia 18 de abril do corrente ano, nas proximidades do Município de Barra Velha-SC. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando a suspensão de tramitação e o arquivamento definitivo do Projeto de Lei n.º 19/84. **Aprovado.**

O SR. GILBERTO CARVALHO - (Pela Ordem) Senhor Presidente, eu gostaria que a Mesa informasse ao que se refere este projeto que se está pedindo arquivamento.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - (Pela Ordem) Senhor Presidente. Este projeto de lei se refere à prorrogação de mandato de Presidentes de Câmaras Municipais.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Muito Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Nestor Baptista) E o autor está retirando. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo a doação de uma viatura para a Delegacia de Polícia do Município de Bom Sucesso. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Presidente da EMOPAR, por intermédio da Secretaria da Administração, encarecendo a averiguação da situação geral de todos os prédios escolares existentes, pertencentes à rede estadual no Município de Moreira Salles. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, encarecendo o retorno do Município de Fênix a pertencer ao 6.º Núcleo Regional de Ensino sediado no Município de Campo Mourão, deixando de pertencer ao Núcleo do Município de Ivaiporã. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Presidente da SANEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a construção de um mini-poço artesiano para a localidade de Alto Alegre, no Município

de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo o reaparelhamento da segunda Companhia do Batalhão de Polícia Militar, tais como uma viatura devidamente equipada, maior quantidade de armamento e munição e maior contingente policial, para o Município de Goioerê. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente ao Sr. Ministro dos Transportes, encarecendo a ligação com um ramal de Estrada de Ferro da Central do Paraná, dos Municípios de Mauá-Ivaiporã. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando transcrição nos anais da Casa, do artigo publicado no jornal Gazeta do Povo, sob o título "Barão do Serro Azul - 90 Anos de Sua Morte". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. *(A matéria acha-se publicada no final desta Ata).*

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário da Administração e Presidente do IPE, encarecendo a instalação de agência daquele Instituto do Município de Roncador. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do IPE, por intermédio da Secretaria da Administração, encarecendo informações a respeito de fontes de recursos, aplicações e programação de investimentos daquele instituto. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente às Senhoras Secretária da Educação e Superintendente da FUNDEPAR, encarecendo a regularização da distribuição da merenda escolar na microrregião da COMCAM. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Dr. Roberto Aroso Cardoso, pela homenagem que lhe foi prestada pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, ao lhe conceder o título de Cidadão Honorário daquele Estado. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulin, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de

expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo o asfaltamento da estrada que liga a BR-277 à sede do Município de São João do Triunfo. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulin, constante do expediente, de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo o asfaltamento da estrada que liga os Municípios de São João do Triunfo à São Mateus do Sul. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulin, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao jornalista Jorge Kudri, o qual será agraciado com o prêmio "Pinhão de Ouro", outorgado pela Câmara Municipal de Curitiba. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministro dos Transportes, Presidente da Rede Ferroviária Federal S/A., e Superintendente Regional no Paraná da Rede Ferroviária Federal S/A, encarecendo a construção de um ramal ferroviário da Estrada de Ferro Central do Estado. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando a aprovação de expediente que determine, ao início de cada sessão deste Legislativo, a leitura de nominata dos Srs. Deputados do Estado, com assento na Câmara Federal, que se abstiveram, dos que se ausentaram e dos que votaram contra a Emenda Constitucional que previa o restabelecimento de eleições "Diretas Já" para Presidente da República. - Em votação.

O SR. GILBERTO CARVALHO - *(Pela ordem)*
Vossa Excelência não verificou que está a maioria contrária.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Sr. Presidente, eu requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE *(Nestor Baptista)* - A Mesa defere e solicita ao Sr. Primeiro Secretário que proceda à chamada nominal.
(É procedida a chamada nominal)

Dezoito (18) Srs. Deputados responderam à chamada. Não há quorum para prosseguimento da sessão. **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 03 de maio, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei Complementar n.º 223/83 e dos Projetos de Lei

OS
n.º 73/83, 28/84, 78/84 e do Projeto de Resolução n.º 01/84.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 99/84.

Marca ainda, uma Sessão Extraordinária, para logo após, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n.ºs 21/82, 215/83, 218/83 e 220/83.

Levanta-se a sessão.

Matéria cuja transcrição nos Anais da Casa, foi aprovada a requerimento do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, em Sessão do dia 02 de maio de 1984.

BARÃO DO SERRO AZUL 90 ANOS DE SUA MORTE

Fernando Fontana

"Se quiséssemos assinalar em toda a história humana uma ordem de fenômenos que fossem como o eixo da existência moral do planeta, nada encontraríamos de mais expressivo e eloquente que as festas e comemorações que têm alimentado as grandes fés do mundo".

Nos acostumamos a quase rotineiramente, aceitar os aniversários, as datas patrióticas e mesmo as festas religiosas, sem nos dar conta que, como diz Rocha Pombo ao analisar a presença do Paraná no IV Centenário do Descobrimento do Brasil, essas festas e comemorações são muito mais que simples datas repetitivas mas significam, na verdade, os aspectos visíveis da trama de valores e fatores que formam as nacionalidades, dão significado à pátria e alicerçam as religiões.

Estamos a menos de dois meses da data, 20 de maio, em que se completa mais um ano de "tragédia do quilômetro 65", quando em 1894, como consequência das posições assumidas em defesa da comunidade Curitiba, durante a invasão do Estado pelos revolucionários federalistas, era assassinado na Serra do Mar, junto ao leito da Estrada de Ferro Curitiba-Paranaguá, Ildefonso Pereira Correia, o Barão do Serro Azul.

Só pela posição firme que assumiu nessa hora trágica, liderando um grupo de empresários do comércio que tomou a si a tarefa de dirigir os destinos da cidade, quando o Governo provincial, com suas equipes de trabalho e suas forças militares, deixava a Capital acéfala e transferia-se para Castro, já merecia o Barão inscrever-se de forma indelével na memória e na gratidão de seus concidadãos.

Mas, esta é apenas a parte, digamos, heróica de sua vida.

Há, por trás, de sua atitude um caráter exemplar e uma vida de dedicação às

coisas de sua terra e de sua gente, além de uma filosofia de trabalho e de ação, que vale a pena rememorar.

Oriundo de tradicional tronco paranaense o Barão do Serro Azul localizou sua atividade empresarial em Curitiba.

Aqui dedicou-se ao comércio e à indústria, na época com a erva-mate e a madeira nossos mais conhecidos produtos e, praticamente, os únicos explorados em escala maior.

Mas, não se acomodou aos ramos tradicionais, foi antes de tudo um visionário, um inovador, um homem que correu riscos aplicando sua imaginação, sua experiência e o seu capital em campos totalmente novos, que ajudaram a mudar até mesmo a forma de pensar do Paraná da época.

Ficam claras suas posições de homem de empresa, disposto a enfrentar desafios, com confiança em suas posições, e na mudança das formas usuais de produção, seu poder de criação e modificação de situações, e os evidentes benefícios para a comunidade paranaense.

O espírito empresarial de Ildefonso Pereira Correia levou-o a aplicação da tecnologia mais avançada no preparo da erva-mate.

Ao mudar sua fábrica de Antonina para Curitiba em 1878 adotaria as máquinas mais modernas da época além de utilizar pioneiramente o vapor como força motriz, transformando definitivamente, através de uma ação modernizante, o perfil da indústria ervateira. Suas técnicas e máquinas passaram a ser imitadas pelos ervateiros do Paraná e Santa Catarina, deixando a produção de ser artesanal para ser verdadeiramente industrial.

A par da área da produção, suas constantes viagens aos mercados consumidores tornaram-no um verdadeiro especialista nas técnicas de comércio exterior e na definição do produto realmente adequado às exigências e ao paladar dos consumidores.

Na indústria madeireira também demonstra possuir qualidades que o "distinguiram da maioria, caracterizada pela iniciativa e pela possibilidade de montar combinações novas".

Sua serraria do Guatupê "entre São José dos Pinhais e a freguesia de Piraquara foi modelo de indústria e apoiou sua produção na possibilidade de utilização da Estrada de Ferro como forma de baratear o custo e acelerar a entrega de seus produtos aos mercados latino-americano e europeu, que procurou conquistar divulgando as qualidades do pinho paranaense.

Colaborou na fundação da Companhia de Ferro-Carril de Curitiba (serviço de bondes), foi Tesoureiro da Comissão da Biblioteca Pública, fez parte da Comissão Organizadora da Pinacoteca paranaense, foi

Delegado Especial substituto da Instrução Primária e Secundária, juiz municipal de Antonina, deputado provincial e Presidente da Câmara Municipal de Curitiba.

Abolicionista convicto e Presidente da Comissão de Imigração de Curitiba, contribuiu com elevadas somas para as finalidades abolicionistas da Arcadia Paranaense.

Foi Vice-Presidente da Província desde 1887, chegando a assumir a Presidência do Paraná, embora por curto período.

Foi um dos fundadores do primeiro banco paranaense o Banco Mercantil e Industrial do Paraná, sendo seu primeiro Presidente numa diretoria composta por Joaquim Alves de Araujo e Francisco Fasce Fontana (o mesmo nome serviu bem mais tarde, para batizar o Banco fundado por Avelino Vieira, hoje Grupo Bamerindus).

Participou da Comissão da Catedral, da Comissão de Exposição Universal, foi Presidente da Associação da Propagação do Mate.

Foi fundador benemérito e primeiro Presidente do Clube Curitibano. Implantou nossa primeira gráfica a nível indústria, a Impressora Paranaense.

Primeiro Presidente e idealizador da Associação Comercial do Paraná que surgiu por inspiração das grandes figuras do comércio da época numa "antevisão de dificuldades tarifárias que a República pudessem instituir e das quais o comércio tivesse que defender-se contando com a instituição que devia ser uma protetora e uma bandeira, confiando que a união faz a força".

Nessa fase o Barão tinha em mente uma atuação expressiva dos homens de empresa do Paraná, achando que sendo eles que, realmente produzem a riqueza coletiva e pagam os impostos que sustentam os governos, deveriam também opinar para as soluções dos problemas de toda a coletividade.

Essa filosofia e esse modo objetivo de ver as coisas são pano de fundo de toda a sua atividade e o elevado número de suas realizações. Há em tudo o que fez um fator que se ressalta: é o exercício pleno da iniciativa empresarial, correndo riscos na aplicação do capital e procurando o lucro

legítimo como propulsor de atividades de cunho social.

Em épocas como a atual, quando o Estado fomenta as aplicações meramente financeiras, permite a ação de órgãos e empresas oficiais em setores onde a empresa privada seria mais eficiente e, através da ação simultânea da voragem fiscal e da inflação, restringe as possibilidades de crescimento e coloca em risco a própria sobrevivência de grandes parcelas do setor privado, estes fatos devem servir de base para nossa meditação.

Vamos relembrar a figura do Barão do Serro Azul, vamos recordar suas realizações, vamos chorar o seu sacrifício, mas, acima e antes de tudo analisar sua conduta e adaptá-la à atual situação nacional. Veremos que há muito a aproveitar, e que sua forma de ver as coisas no que se refere à participação do empesariado na solução dos problemas nacionais continua plenamente válida.

A par das comemorações de caráter cívico que o Governo do Estado, o Clube Curitibano e a própria Imprensa Paranaense certamente vão promover, creio que a Associação Comercial do Paraná, que ele fundou, e as demais entidades de representação empresarial existentes no Estado, que se apoiam em seu exemplo e que defendem os valores do capitalismo como ele defendeu, devem aproveitar esta hora, e promover um profundo estudo e uma avaliação adequada dos caminhos a seguir para mostrar a toda a sociedade que a política econômica deve ser um instrumento de ação incentivador da iniciativa privada para que o Brasil possa se reencontrar com seu destino de grande nação. Só com empresas fortes teremos condições de combater os males endêmicos do desemprego e do subemprego, produzindo alimentos e produtos exportáveis, reduzindo a dívida interna e externa e restabelecendo a confiança no futuro.

Esta talvez seja a chamada que necessita ser reavivada e a fé que precisa ser alimentada. Que a oportunidade do aniversário de sua morte e a lembrança de suas ações sejam a motivadora dessa ação conjunta em favor de nossos ideais mais elevados.